

poranga marandúá

Manual de Redação
do Jornalismo Indígena

ABRINJOR

Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas

poranga marandúá

Manual de Redação
do Jornalismo Indígena

ABRINJOR

Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas

Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas

Coordenação Executiva

Coordenação-Geral

Luan de Castro Tremembé

Luciene Kaxinawá

Ykaruní Nawa

Secretaria

Coral Kariri

Vanessa Fe Ha Kaingang

João Victor Pankararé

Coordenação de Iniciativas e Projetos

Andreza Baré

Adriã Baré

Ayla Tapajós

Erisvan Guajajara

Assessoria de Comunicação Social

Glycyia Makuxi

Elvio Marques Pankararu

Joana Truká

Grupo de Trabalho do Manual de Redação do Jornalismo Indígena

Ykaruní Nawa

Andreza Baré

Jamille Mura

Conselho

Ariene Susui Wapichana

Andreza Baré

Juliana Kariri-Tarairiú

Sônia Kaingang

Raquel Kariri

Helena Corezomaé

1ª Edição
Editora Instituto Kaingang

poranga marandua

Manual de Redação
do Jornalismo Indígena

ABRINJOR

Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas

Apoio:



ãbia

ãbia: *falar* • povo Nawa

hoki
tyokoni katü

hoki tyokoni katü: *falar* • povo Kanamari

nenyen

nenyen: *falar* • povo Otxukayana/Tairiú

hatxa

hatxa: *falar* • povo Huni Kuin

suktux

suktux: *falar* • povo Pataxó Hã-Hã-Hãe

ke ja nĩ

ke ja nĩ: *comunicar* • povo Kaingang

kabén

kabén: *noticiar* • povo Lakãñõ/Xokleng

mé

mé: *falar* • povo Kariri

uküse

uküse: *falar* • povo Tukano

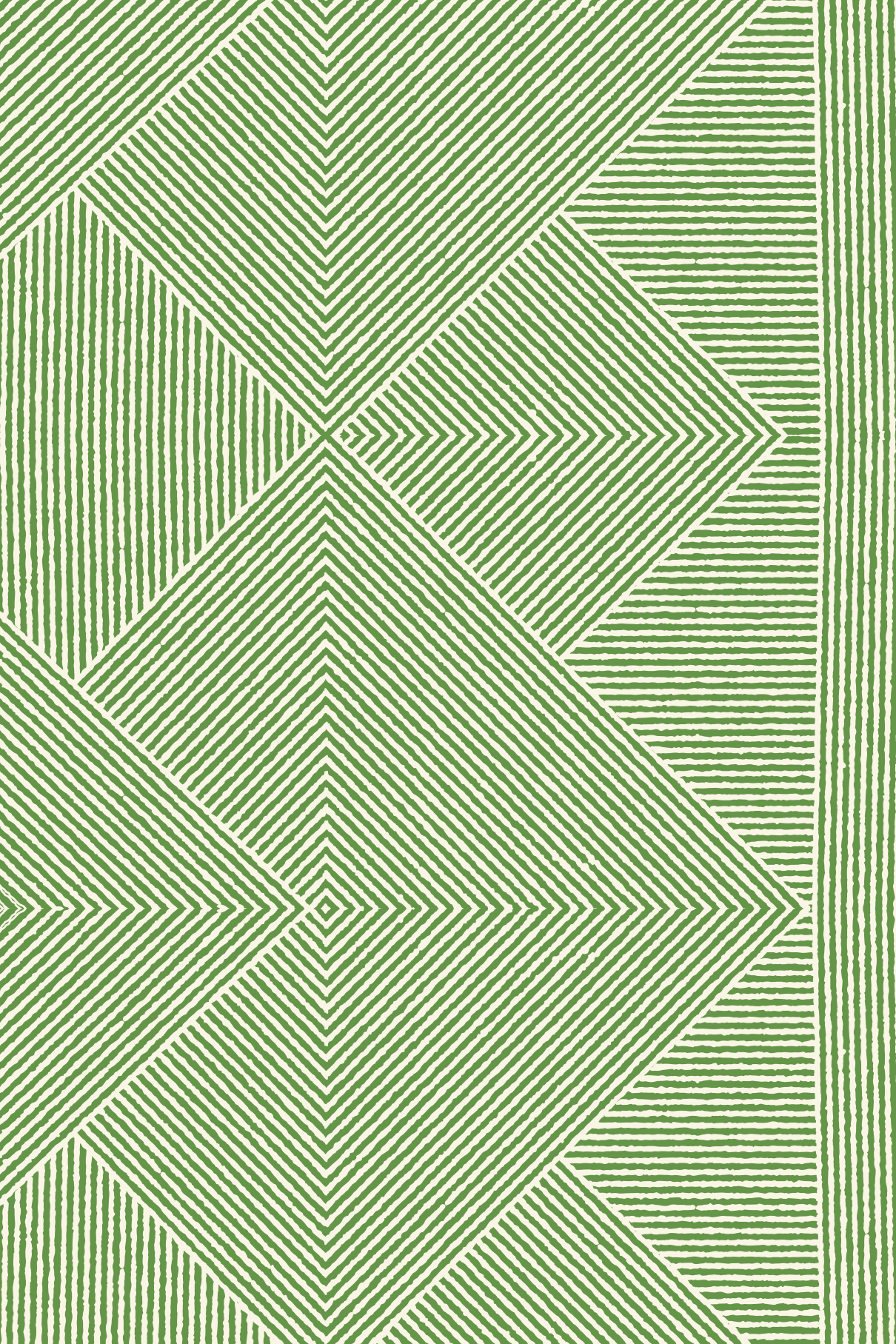
ze'eg imume'u har

ze'eg imume'u har: *aquele que comunica* • povo Guajajara

peço licença pra entrar
tiro os sapatos
não tenho medo de
tocar o chão
ouvir a mãe terra
com pés e mãos
nem de eventualmente me ralar
sei que estou em um sonho
um sonho meu
de quem veio antes de mim
e de quem veio antes ainda
sou o eco de quem não se cala
de quem insiste na vida
no sorriso e na coletividade
(isso é algo que nenhum projeto
de colonização vai me tirar)
sei que estou em um sonho
onde cabem muitos mundos
onde há colisões
{onde há muita força
há fricção}
mas também é terreno
de vontade e suor
pra reflorestar
latifúndios narrativos

há que se trabalhar bastante
pra que a semente vingue
semente é nossa palavra
água pra terra seca
encanto é escrita
escrita é encanto
e se já usaram da escrita
pra nos prender
nós vamos usar pra enfeitiçar

Jamille Anahata Mura



A todos os indígenas que
tombaram na luta e que
deixaram um legado para
a nossa existência como
profissionais indígenas
jornalistas.

Sumário

13	Prefácio
19	Apresentação
25	1. Movimento Social e Povos Indígenas no Brasil: o que você precisa saber sobre nossas formas próprias de organização
26	Antes da Constituição
28	Pós-Constituição
30	Anos 2000: fortalecimento da mobilização e criação da Apib
35	2. A comunicação Indígena no Brasil: da oralidade ancestral às redes digitais
36	As primeiras articulações: dos boletins à rádio
38	A chegada da internet e o surgimento de novas vozes
39	A pandemia de Covid-19 e a comunicação como ferramenta vital de resistência
40	O cenário atual: mais visibilidade, mais protagonismo
43	3. Indígenas jornalistas e o jornalismo indígena: o direito a falar de NÓS e os desafios ao abrir caminhos
46	Quem somos: indígenas jornalistas e a Abrinjor
48	O que fazemos: definição e ética do jornalismo indígena
55	4. Marcos da comunicação no Brasil: uma perspectiva indígena

59 5. Condutas: caminhos para o diálogo e respeito aos indígenas jornalistas, nossos povos, organizações e comunidades

- 61 Respeito entre os pares
(jornalistas não indígenas ↔ indígenas jornalistas)
- 61 A importância das informações e fontes das organizações indígenas
- 63 Cuidado e segurança na exposição das fontes e personagens
- 64 Direito à imagem, expressões tradicionais culturais e audiovisual
- 66 Respeito ao calendário e a agenda da comunidade para visitas e consultas aos povos
- 67 Territórios e comunidades indígenas não são comunidades rurais
- 67 Grafia dos nomes dos povos deve ser maiúscula e sem plural
- 68 Respeito às práticas, aos ritos e às especificidades de cada pessoa indígena
- 68 Cuidados ao cobrir suicídios
- 70 Cuidado ao reforçar preconceito linguístico
- 70 Estereótipos ultrapassados que devem ser combatidos
- 71 Mesmo com formação, uma pessoa não deixa de ser indígena
- 72 Gestos e expressões racistas
- 73 Passos fundamentais para uma cobertura ética e legal de pautas indígenas

75 6. Conceitos ultrapassados sobre povos indígenas no Brasil

- 77 Verbetes

105 Seguimos na luta

- 106 Referências
- 108 Apêndice



Prefácio

Entre a palavra e o território: jornalismo indígena, memória e futuro

Rita Potyguara¹

Escrever o prefácio deste manual é um exercício que mistura memória, reflexão e compromisso político. Ao longo da minha trajetória como mulher indígena, professora e gestora de políticas de ações afirmativas na educação básica e no ensino superior, tenho acompanhado a chegada de muitos jovens indígenas às universidades brasileiras. Cada uma dessas chegadas traz consigo histórias de luta coletiva, trajetórias de resistência e, sobretudo, a força de conhecimentos que nasceram nos seus territórios. Essas presenças têm transformado os espaços acadêmicos, trazendo novas perguntas, novos repertórios e outras formas de compreender a produção e difusão do conhecimento.

Creio que esse cenário de uma maior presença indígena no espaço acadêmico tem colaborado, sobremaneira, para a produção do Poranga Marandúa – Manual de Redação do Jornalismo Indígena como mais do que um instrumento técnico destinado a orientar práticas jornalísticas. Ele é fruto de um processo político, epistemológico e cultural que vem sendo construído pelos povos indígenas ao longo de décadas de luta por reconhecimento, direitos e autodeterminação narrativa. Ele é a expressão do momento em que os povos indígenas passam ocupar o campo da comunicação como sujeitos da narrativa e não apenas como objetos da notícia.

Durante muito tempo, os povos indígenas apareceram na imprensa brasileira como personagens de histórias contadas por outros. Raramente foram reconhecidos como produtores de conhecimento, analistas da realidade ou narradores das próprias experiências. A história da comunicação no Brasil, assim como a história da produção do conhecimento, foi marcada por aquilo que o pensamento decolonial identifica como colonialidade do saber — um processo que hierarquiza epistemologias e silencia modos de conhecer que não se encaixam nos paradigmas eurocentrados da modernidade. Isso significou, durante muito tempo, a invisibilização

das práticas comunicacionais produzidas por povos indígenas, comunidades tradicionais e movimentos sociais.

Mas, na história dos povos indígenas, a comunicação sempre foi um elemento central da vida coletiva. Muito antes da imprensa, do rádio ou da internet, os diferentes povos já possuíam seus sistemas próprios de transmissão de conhecimento com base na oralidade, nos rituais, nos grafismos, nos cantos e nas diversas formas de interpretação da natureza. A comunicação indígena é, portanto, parte constitutiva das formas próprias de organização social e política dos povos indígenas, compondo um sistema complexo de produção e circulação de saberes.

Nesse sentido, o jornalismo indígena contemporâneo deve ser compreendido como continuidade e atualização dessas práticas ancestrais. Nele convergem a tradição oral e os conhecimentos transmitidos pelos mais velhos; as experiências históricas de comunicação desenvolvidas no contexto das lutas do movimento indígena e a formação acadêmica de comunicadores indígenas que passam a ocupar universidades e espaços profissionais da comunicação. Essa articulação entre formação acadêmica e conhecimento ancestral produz algo muito interessante: um jornalismo que desafia os próprios paradigmas do campo comunicacional. Enquanto o jornalismo convencional muitas vezes se orienta pela lógica da velocidade, da objetividade abstrata e da neutralidade aparente, o jornalismo indígena enfatiza o cuidado com a palavra, a responsabilidade coletiva sobre a informação e o respeito ao tempo das comunidades.

Nesse sentido, o jornalismo indígena desempenha um papel fundamental na construção de novas narrativas sobre o Brasil. Ao ocupar os espaços da comunicação, os indígenas jornalistas não apenas ampliam a diversidade de vozes presentes na esfera pública, mas também contribuem para transformar a forma como a sociedade brasileira compreende sua própria história. E a criação

da Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas (Abrinjor) representa um marco importante nesse processo. Ao reunir profissionais indígenas de diferentes povos, regiões e biomas, a rede cria um espaço coletivo de articulação política, formação profissional e produção de conhecimento.

Este manual é resultado direto desse esforço coletivo. Mais do que orientar práticas jornalísticas, ele estabelece princípios éticos e políticos para a cobertura de temas relacionados aos povos indígenas. Entre esses princípios estão o respeito às formas próprias de organização social, o reconhecimento da centralidade do território na vida dos povos indígenas, o cuidado com a exposição de fontes e imagens e o combate a estereótipos historicamente reproduzidos pela mídia. Essas orientações são particularmente importantes em um momento em que os povos indígenas continuam enfrentando ameaças aos seus territórios, às suas culturas e aos seus direitos. Nesse contexto, a comunicação torna-se também uma forma de proteção da vida e da memória.

Nesta publicação os indígenas jornalistas ensinam sobre o valor da escuta, da palavra compartilhada, da responsabilidade coletiva e do compromisso com a comunidade. Talvez seja justamente essa a maior contribuição do jornalismo indígena para o campo da comunicação: lembrar que informar não é apenas produzir conteúdo, mas também cuidar das relações que sustentam a vida coletiva.

Que este manual circule amplamente nos setores de comunicação das instituições, nas redações da grande mídia, nas universidades e nas escolas de jornalismo. Que ele inspire novas gerações de comunicadores indígenas e não indígenas a repensar suas práticas e a construir um campo da comunicação mais plural, mais justo e mais atento às muitas vozes que compõem nosso país. E que, acima de tudo, ele continue alimentando o grande

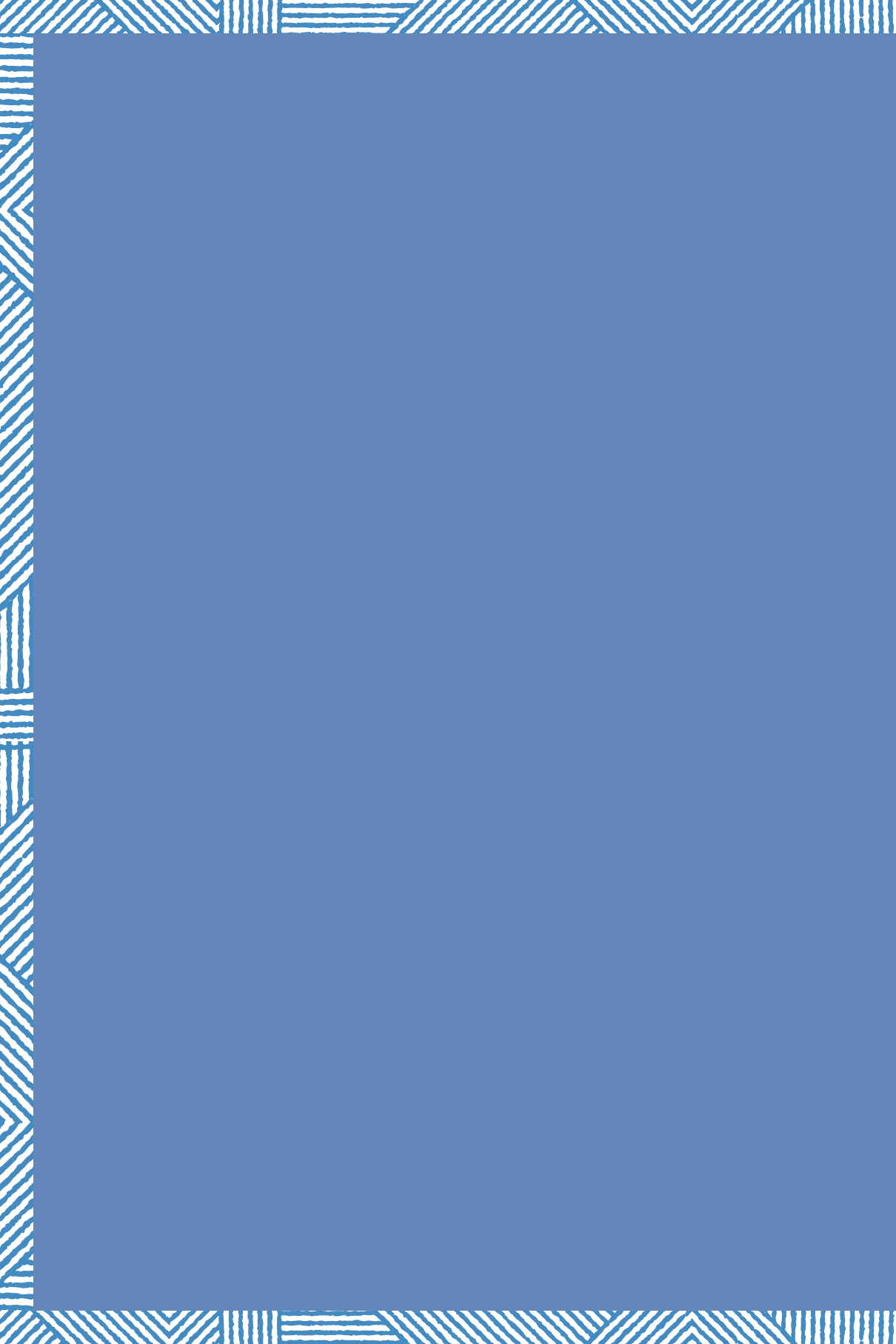
rio de narrativas indígenas que hoje atravessa o Brasil — um rio formado por muitas nascentes, nutrido pela memória ancestral e orientado pela luta permanente pela vida, pelo território e pela dignidade dos povos indígenas.



Ilustração: Braba Tremembé

1. Rita Potyguara é educadora, pesquisadora e gestora pública indígena do povo Potiguara. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atua há décadas na promoção da educação escolar indígena, da diversidade cultural e das políticas públicas voltadas aos povos indígenas e comunidades tradicionais. Foi diretora de Políticas de Educação

do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais no Ministério da Educação e integrou o Conselho Nacional de Educação. Atualmente é diretora da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais no Brasil (Flacso Brasil) e desenvolve pesquisas sobre educação intercultural, direitos indígenas e inclusão no ensino superior.



Apresentação

A partir da ampliação do reconhecimento dos direitos originários na Constituição Federal de 1988, os povos indígenas intensificaram sua presença e protagonismo em espaços historicamente negados ou alheios às nossas realidades e diversidade. A comunicação é um desses campos, onde temos construído nossas próprias narrativas e fortalecido nossas vozes.

Retratados em jornais, rádios, TV e, mais atualmente, na internet, passamos a reivindicar o lugar de agentes da notícia, não aceitando apenas o lugar de “personagem” da matéria. A agência dentro da escrita jornalística produzida por nós, profissionais formados e em formação, aciona a necessidade urgente de mudança de orientações quanto à abordagem da temática indígena em todos os espaços que noticiam nossas vidas, corpos e culturas.

Trazemos, neste documento, muito além do conhecimento técnico profissional no jornalismo. Compreendemos que a universidade nos forma tecnicamente para atuação no jornalismo, porém o território – principal objetivo de luta dos povos indígenas – também é uma universidade, nos formando como sujeitos etnicamente posicionados nos espaços da vida social.

Portanto, este manual de redação de jornalismo indígena emerge com o objetivo de contribuir para: **(1)** nos colocar, enquanto coletividade organizada, dentro do campo de disputa da comunicação como agentes especializados na temática que diz respeito aos nossos povos; **(2)** orientar os não indígenas sobre práticas, conceitos e abordagens ao cobrir ou dirimir sobre temática indígena no espaço da imprensa e da mídia como um todo.

Este manual se insere como um dos principais produtos elaborados pela Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas (Abrinjor), composta por mais de 60 indígenas de mais de 40 povos. A Abrinjor tem a missão de fortalecer a presença dos indígenas jornalistas no campo da comunicação para enfrentar o racismo, a invisí-

bilidade e a representação inadequada dos povos indígenas e para ampliar nossa participação, valorização e respeito no mercado de trabalho, nos espaços universitários, governamentais e de decisão do jornalismo brasileiro, construindo uma rede qualificada de profissionais, vinculada ao movimento indígena, que assegurem uma comunicação livre de visões coloniais e comprometida com as pautas dos nossos povos.

Este manual foi escrito, inicialmente, por um Grupo de Trabalho (GT) formado dentro da rede da Abrinor que congrega a expertise de profissionais indígenas com anos de atuação e formação no campo da comunicação, do jornalismo e da pesquisa. Em seguida, o material foi trabalhado durante o Poranga Marandúa - 1º Encontro de Indígenas Jornalistas do Brasil, que contou com a participação de 25 membros da rede Abrinor. O documento foi, por fim, apresentado e validado com todos os membros da rede, composta pelos seus 68 membros, de 46 povos.

A divisão do conteúdo fundamenta-se na compreensão de que, antes de apresentar orientações sobre práticas adequadas de escrita jornalística relacionadas aos povos indígenas, é necessário reconhecer que o movimento indígena possui uma organização sociopolítica própria. Nesse sentido, a comunicação, enquanto área do conhecimento, insere-se no mesmo contexto de compreensão do movimento indígena brasileiro. Sem o entendimento dessa estrutura sociopolítica, torna-se inviável apreender o papel da comunicação como elemento estratégico nas lutas indígenas.

Outro elemento de destaque é o volume de páginas deste manual, que demonstra a dedicação e o processo aprofundado de reflexão conduzido por jornalistas indígenas, o que resultou na elaboração de um documento de maior extensão. Assim, não se trata de um livreto ou de uma obra de consulta rápida, mas de um material dotado de relevante valor histórico, conceitual e político. Nessa

perspectiva, o manual foi concebido como um conteúdo de fôlego, compatível com a complexidade dos temas abordados e com a importância de seus propósitos.

Cabe ressaltar, por fim, que o documento está organizado em dois grandes blocos: um histórico-conceitual e outro orientador-recomendativo, os quais se desdobram em seis partes. Nas seções (1), (2), (3) e (4), que compõem o bloco histórico-conceitual, são abordados a organização social do movimento indígena brasileiro, a distinção, a relevância e os marcos históricos da comunicação nesse contexto, culminando no detalhamento da compreensão do jornalismo indígena no Brasil, concebido sobretudo a partir dessa rede de profissionais. Já nas seções (5) e (6), correspondentes ao bloco orientador-recomendativo, apresentam-se diretrizes para a condução de trabalhos jornalísticos junto aos povos e territórios indígenas, além de um conjunto de verbetes que orientam quanto à forma adequada de tratamento das pautas relacionadas aos povos indígenas.





Esquerda: Indígenas jornalistas durante o Poranga Marandú, em Brasília (abril de 2025). Créditos: Acervo/Abrinjinor. **Acima:** Participação dos indígenas jornalistas em discussão sobre temática em território indígena no

TekoHaw Guajajara, em Brasília (maio de 2025). Créditos: Acervo/Abrinjinor.

Abaixo: Momento de interação com todos os parentes indígenas durante o Poranga Marandú. Créditos: Acervo/Abrinjinor. Fotos: Caio Mota.





1. Movimento Social e Povos Indígenas no Brasil: o que você precisa saber sobre nossas formas próprias de organização

Jamille Mura

Andreza Baré

Débora Marubo

Tiago Kirixi Munduruku

Neste primeiro capítulo, traçamos um breve panorama da história do nosso movimento indígena no Brasil, com ênfase nas transformações ocorridas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e que contribuíram para a estrutura organizativa apresentada hoje.

Compreender a origem do nosso movimento social no país é fundamental para contextualizar o surgimento do jornalismo indígena, que nasce como desdobramento direto dessa trajetória de reivindicação de direitos. Reconhecemos que a nossa presença na comunicação é fruto de conquistas coletivas históricas.

Portanto, o jornalismo indígena não começa com a institucionalização de cursos e/ou veículos de comunicação, mas sim com as primeiras vozes que comunicaram e documentaram os processos de resistência, muitas vezes sem formação acadêmica, mas com profundo compromisso político, ético e histórico com os nossos povos. Esses primeiros comunicadores, escritores, mobilizadores, registradores, desempenharam papel essencial na construção de nossas narrativas e na defesa dos nossos direitos.

Antes da Constituição

O processo histórico de formação do Estado brasileiro contou com práticas que, quando não eliminou, buscou nos assimilar, por meio de instrumentos diversos de dominação. Um deles foi a imposição da língua portuguesa, instituída pelos ***Diretórios Pom-balinos***, um dispositivo que também legislava sobre vestimentas dos povos originários, nossas moradias e miscigenação por casamento, com o objetivo de “civilizar” sociedades indígenas a partir de ações autoritárias (ALMEIDA, 1997). Esse processo ocorreu em diferentes estágios e contou com envolvimento da Igreja Católica, graças a instalação de missões e colégios internos em nossos territórios, financiados pelas Coroas europeias.

Outras formas de dominação incluíram expulsão territorial, escravização e marginalização sistemática na sociedade brasileira.

A partir da década de 1970, nossas mobilizações ganham outro caráter, em termos de interação territorial/nacional, mesmo diante do contexto da ditadura militar. Nesse período, lideranças de diversos povos, de todas as regiões do país, passaram a se reunir nas chamadas Assembleias de Tuxauas, ou Assembleias Indígenas, organizadas com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e criadas em 1974.

Essas assembleias marcaram o início de diálogos interétnicos que não haviam acontecido até então. Elas aconteceram em diversas partes do país, principalmente no Mato Grosso, na região do Xingu, no Acre, em Rondônia e no Amazonas. Conseguimos aliar uma identidade coletiva enquanto movimento social e construir um horizonte político de ruptura com a tutela do Estado, vislumbrando uma política feita por e para nós.

Nesses espaços, estruturamos nossas pautas: da defesa dos territórios à autodeterminação, a valorização das nossas línguas e culturas, e o fim da tutela imposta pela Funai, hoje Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); na época, Fundação Nacional do Índio. A partir desse cenário da ditadura, despontaram lideranças que foram cruciais para a comunicação indígena, como Andila Kaingang, Álvaro Tukano, Eliane Potiguara, Marçal Tupã'Y, Xicão Xukuru, Angelo Kretã, Daniel Cabixi, Biraci Yawanawá. Andila, por exemplo, ganhou destaque nacionalmente ao enviar uma carta para o então presidente Ernesto Geisel, em 1975, explanando a ineficácia das ações de desintrusão por parte do Estado nas terras Kaingang, além de reiterar o pedido por soluções.

Em 1980, nasceu a União das Nações Indígenas (Uni), criada por importantes lideranças da época para representar as pautas indígenas frente ao Estado brasileiro, sobretudo no que tange

aos direitos indígenas na novíssima Constituição brasileira que estava se concretizando.

Foi assim que, juntos de parceiros indigenistas, construímos as bases para o Artigo 231 e 232, da Constituição Federal (CF) de 1988, onde nossos direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas por nós foram reconhecidos.

Esse artigo não nos foi concedido; foi conquistado a partir da nossa articulação, com a força dos que vieram antes de nós e tombaram na resistência pelo nosso futuro.

Pós-Constituição

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, conseguimos romper, oficialmente, com o regime tutelar do Estado. Pela primeira vez, o Estado brasileiro reconheceu nossa organização social, nossos costumes, línguas, crenças, tradições e os nossos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupamos.

Em 1989, conquistamos mais um avanço: a ratificação da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹, que consolidou o nosso direito à consulta livre, prévia e informada. Esse princípio, que sempre defendemos na prática, ganhou força normativa internacional, obrigando o Estado a nos consultar sobre quaisquer medidas que impactem diretamente os nossos povos, territórios e modos de vida.

Foi nesse contexto que passamos a criar, de forma autônoma, as nossas organizações indígenas. Na Amazônia, fundamos, em 1989, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), que se tornou um dos principais espaços de articulação política e defesa dos direitos dos povos indígenas amazônicos. E na região da Caatinga e em parte da Mata Atlântica

e do Cerrado, criamos a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname), para garantir os direitos dos povos historicamente invisibilizados da região. É importante salientar que a congregação de povos de uma região ampla como a Apoinme aconteceu pela semelhança histórica vivida por tais povos, sendo estes os de primeiro contato com a invasão portuguesa.

COIAB



APOINME



Áreas de abrangência da Coiab e Apoinme no mapa do Brasil

Com essas e outras organizações regionais e locais, nossas pautas foram introduzidas nos espaços públicos da sociedade brasileira e nas instâncias governamentais.

Em 1992, realizamos nossa primeira grande mobilização nacional, em Luziânia (GO), reunindo cerca de 350 lideranças, representando 50 organizações de todo o país. Ali, criamos a Comissão Articuladora dos Povos Indígenas do Brasil (Capoib), organizando nossa articulação nacional para regulamentar os direitos garantidos na Constituição, por meio do novo Estatuto dos Povos Indígenas.

Ao longo da década de 1990, multiplicamos nossas organizações, criando associações regionais e estaduais com personalidade jurídica própria. Assim, passamos a acessar recursos públicos e internacionais; desenvolver projetos comunitários; fortalecer as nossas culturas; monitorar e denunciar violações de direitos; e produzir a nossa própria comunicação.

Anos 2000: fortalecimento da mobilização e criação da Apib

Nos anos 2000, demos um novo passo na ampliação e estruturação do nosso movimento nacional. Em 2004, organizamos o primeiro Acampamento Terra Livre (ATL)², em Brasília. Esse encontro se consolidou como a maior mobilização indígena do Brasil, um espaço fundamental para exigir o cumprimento dos nossos direitos garantidos pela Constituição, especialmente a demarcação das nossas terras.

O ATL se transformou em um espaço político estratégico de formação, articulação e reforço da nossa força coletiva mobilizada. Nesse espaço reunimos lideranças de todas as regiões do país, solidificando os laços entre nossas organizações de base e projetando nossas demandas para o Brasil e o mundo.

Dessa trajetória nasceu, em 2005, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), uma instância de conexão nacional das nossas organizações regionais, para unificar e potencializar nossa incidência política em âmbito nacional e internacional.

A Apib é formada por organizações indígenas regionais, que constituem a espinha dorsal do nosso movimento:

Coordenação das Organizações Indígenas
da Amazônia Brasileira ▪ Coiab

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas
do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo ▪
Apoinme

Articulação dos Povos Indígenas
da Região Sul ▪ Arpinsul

Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste ▪
ArpinSudeste

Aty Guasu ▪ (Grande Assembleia Guarani Kaiowá)

Conselho do povo Terena

Comissão Guarani Yvyrupa ▪ CGY

Todas essas organizações compõem nosso arranjo nacional, fomentando mobilizações, ampliando nossa presença em espaços institucionais e internacionais, e garantindo a defesa rigorosa dos nossos direitos.

1. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma agência especializada das Nações Unidas responsável por promover a justiça social e os direitos humanos e trabalhistas internacionalmente reconhecidos. Ver mais: <https://www.ilo.org/about-ilo>. Acessado em 17/08/2025

2. Saiba mais sobre a história dos ATLS aqui: <https://apiboficial.org/historico-dos-atls/>



Mapa do Brasil com a divisão das organizações regionais que compõem a Apib.

Fonte: <https://apiboficial.org/sobre/>



Ilustração: Braba Tremembé



2. A comunicação Indígena no Brasil: da oralidade ancestral às redes digitais

Erisvan Guajajara
Joana Truká
Itocovouty Pataxó

A comunicação indígena antecede o papel, o rádio, as câmeras e as redes. Antes mesmo das ferramentas que hoje associamos ao jornalismo, já narrávamos o mundo. Pela escuta do vento, sons da mata, instrumentos e pela oralidade entre gerações que se transmitem histórias, alertas, saberes e decisões. As nossas pinturas e grafismos são códigos de escrita registrados nos nossos corpos. Essa comunicação é parte fundamental das nossas vidas coletivas.

Segundo o comunicador indígena Alexandre Pankararu¹, os mais velhos sabiam decifrar as mensagens da natureza e da coletividade – uma prática ancestral que parece mágica, mas era, de fato, a primeira forma de comunicação. Entre os Pankararu, por exemplo, havia um instrumento feito de bambu, tocado do alto da aldeia, que emitia sons codificados para reunir o povo em momentos importantes. Cada som tinha um significado. Essa prática, compartilhada com tantos outros povos, mostra que a comunicação indígena sempre existiu para além dos referenciais eurocêntricos – como linguagem viva, conectada à natureza e nossas comunidades.

A comunicação indígena é um pilar da nossa cultura e identidade. Com raízes nas tradições orais e práticas ancestrais, nós a utilizamos como ferramenta para transmitir conhecimentos de geração em geração, nos conectar com nossas espiritualidades, promover a autoestima coletiva, tomar decisões políticas, organizar nossas demandas e denunciar ataques aos nossos direitos.

As primeiras articulações: dos boletins à rádio

Na década de 1970, as assembleias de lideranças indígenas tinham suas principais reflexões registradas em boletins e periódicos de organizações indigenistas, a exemplo do “Boletim do Cimi”.

Essas deram visibilidade às nossas lideranças políticas e ampliaram o alcance das nossas reivindicações enquanto movimento. Também abriram diálogo com outros movimentos da sociedade civil em defesa do restabelecimento da democracia.

Anos depois, começaram a surgir publicações produzidas pelos próprios indígenas. Entre elas, o "Jornal Indígena", da União das Nações Indígenas (Uni), e o "Informativo Grumin", da Rede de Comunicação Indígena Grumin. Esta última teve como uma de suas principais lideranças Eliane Potiguara.

Já nos anos 1980, o nome de um grande articulador marcou a época como o primeiro deputado federal indígena do Brasil: Mário Juruna, do povo Xavante. Sem formação acadêmica, ele usava um gravador portátil para registrar promessas, chantagens e ameaças feitas por autoridades. Depois, denunciava publicamente. Seu gesto transformou o gravador em uma arma de defesa política. Mais que isso, Mário demonstrou como a oralidade era um formato democrático, prenunciando o próximo passo da comunicação indígena.

Em 1985, com a proximidade entre movimento indígena e outros movimentos sociais, três lideranças estrearam o "Programa de Índio", da Rádio USP, da Universidade de São Paulo (USP). Eram Álvaro Tukano, Ailton Krenak e Biraci Yawanawá. O programa era distribuído por outras emissoras educativas e/ou comerciais de estados do Brasil, como a Rádio EFEI (MG), Rádio Universidade de Santa Maria (RS), Rádio Kaiowas (MS), e nas palavras de Ailton Krenak, tratava-se de "um Programa de Índio para amansar branco". Ou seja, além de utilizar o rádio como ferramenta para respaldar nossas identidades e culturas, o programa tinha o objetivo de defender nossas pautas políticas.

Historicamente, o rádio é importante para a comunicação indígena por conectar comunidades e povos onde outros meios, como os correios, não chegavam, seja por meio de radiogramas ou

por estações nas ondas AM e FM com seus programas. A parente Maial Paiakan conta, por exemplo, que nos anos 1980 o rádio foi um aliado na organização dos Mëbêngôkre no enfrentamento ao projeto de Belo Monte. Na região do Alto Rio Negro, como em outras partes da Amazônia, esse continua sendo o meio de comunicação mais importante.

Ele também se mostrou ferramenta fundamental para levar informações e alertas durante o período da pandemia de Covid-19. Desde então, iniciativas radiofônicas nas línguas indígenas têm se destacado, como é o caso das produções da Rede Wayuri, da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), que existem desde 2017, nas línguas baniwa, tukano, nheengatu e daw.

Ainda nos anos 1980, surge a iniciativa “Vídeo nas aldeias”, que mesmo sendo não indígena, foi importante para estabelecer o vínculo entre indígenas e audiovisual. O projeto visava apoiar a memória coletiva e formou uma geração de cineastas indígenas.

A chegada da internet e o surgimento de novas vozes

Com o avanço da internet a partir de 2000 e o movimento indígena em nova fase de amadurecimento, pós-Constituinte, novas possibilidades se abriram. Organizações atuais importantes, como a Coiab e a Apoinme, já atuavam quando, em 2002, nasceu o projeto “Índios Online”. Trata-se de uma plataforma digital para diálogo interétnico, visando acesso à informação e a valorização das culturas indígenas. Dois anos depois, em 2004, durante o Acampamento Terra Livre, começou a articulação para a criação de uma rede nacional de comunicação indígena, resultando no nascimento da Apib em 2005.

Ainda no início da década, o Governo Federal atendeu reivindicações do movimento indígena e lançou programas de inclusão digital, como o Governo Eletrônico Cidadão (Gesac). Essas iniciativas levaram os primeiros pontos de internet a aldeias, sobretudo às mais isoladas na Amazônia. A partir disso, muitas escolas indígenas incorporaram em seus projetos político-pedagógicos a importância de conhecer e utilizar essa nova ferramenta.

Outro marco da era digital foi a criação da Rádio Yandê, em 2013, por Anápuaka Tupinambá, Renata Tupinambá e Denilson Baniwa. Primeira web rádio indígena do Brasil, o projeto tornou-se símbolo de resistência e inovação, promovendo colaborações com a Rede Wayuri e com a Rádio Xakriabá.

Em 2017 surgiu o Mídia Indígena (à época, "Mídia Índia"), criado por jovens Guajajara do Maranhão, entre eles o jornalista Erisvan Guajajara. A iniciativa começou como uma página no Facebook, fruto de formações em audiovisual, fotografia e outras linguagens realizadas no âmbito do projeto **Coisa de Índio**. Ao longo de quase dez anos de existência, expandiu sua atuação para outras plataformas, conquistou prêmios e coordenou ações como o Mapeamento de Comunicadores Indígenas.

A pandemia de Covid-19 e a comunicação como ferramenta vital de resistência

A pandemia de Covid-19, a partir de 2020, escancarou as desigualdades históricas que enfrentamos e, ao mesmo tempo, nos levou a transformar, de maneira definitiva, a nossa comunicação em uma ferramenta de proteção aos nossos povos.

Diante da ausência e da omissão do Estado, criamos, de forma autônoma, redes de comunicação e informação para alertar sobre os riscos, compartilhar orientações sanitárias e denunciar as violações que sofremos durante a pandemia. Foram podcasts, mensagens de áudio no WhatsApp, vídeos, cartilhas e diversos materiais produzidos em línguas indígenas.

Diante de um cenário ameaçador aos direitos originários, combinado à pandemia do coronavírus, a Apib repercutiu estratégias de comunicação de organizações de base e mobilizou campanhas como "Emergência Indígena" e "Nenhuma gota a mais". De maneira inédita, esses esforços denunciaram retrocessos não apenas em âmbito nacional, mas também internacional. Desde então, muitas das nossas organizações estruturaram núcleos internos de comunicação, além de incentivarem e instruírem comunicadores populares indígenas para as mídias sociais. Alguns dos exemplos são a Federação dos Povos Indígenas do Ceará (Fepoince), a Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá, o Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba), entre tantas organizações locais.

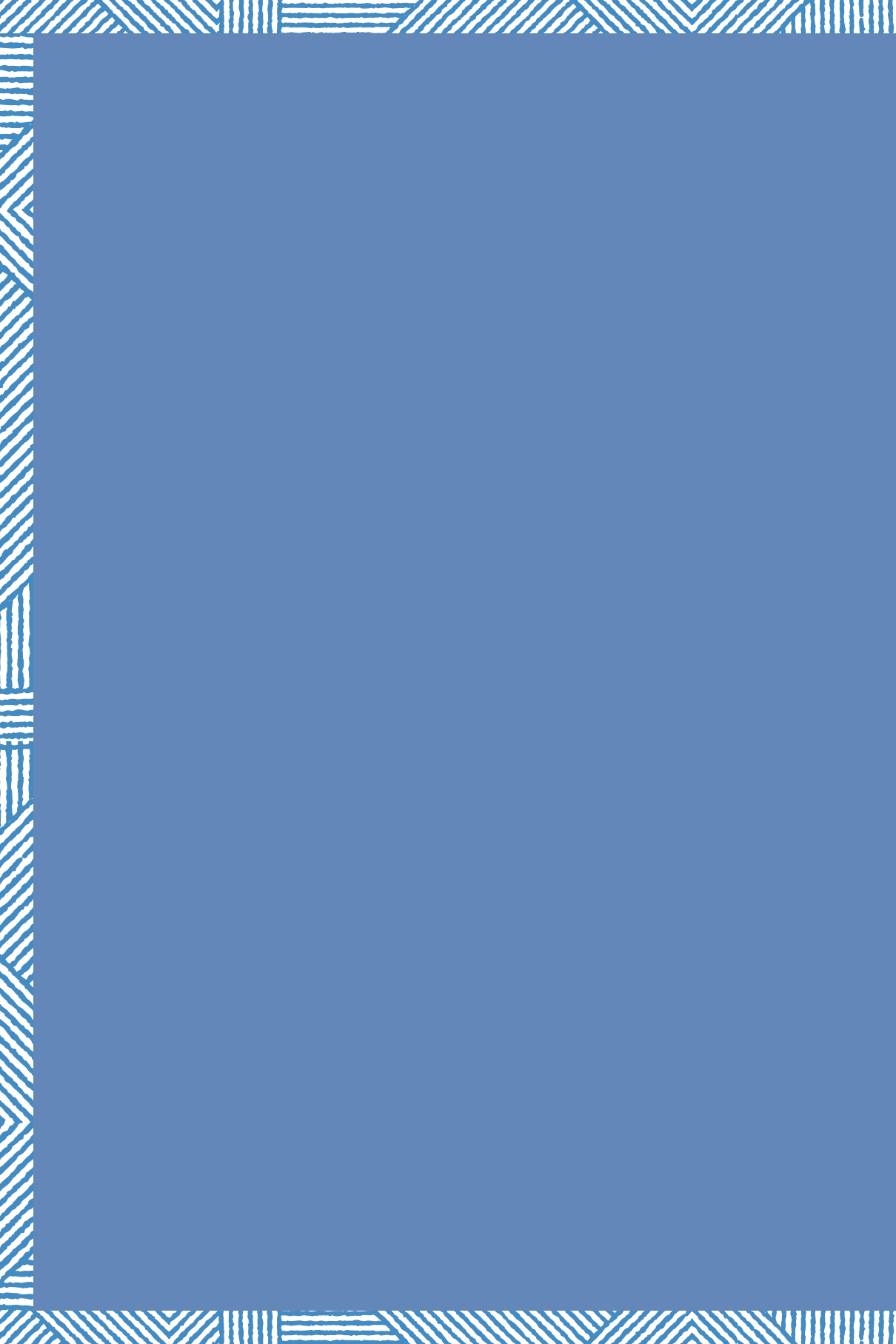
O cenário atual: mais visibilidade, mais protagonismo

Hoje, a comunicação indígena vive um momento de afirmação e crescimento. Há mais jornalistas e comunicadores indígenas atuando na grande imprensa, veículos de comunicação indígenas digitais e assessorias de comunicação de organizações indígenas e não indígenas, cobrindo desde questões culturais até pautas políticas. A juventude indígena tem desempenhado um papel fundamental na criação de coletivos e redes de comunicação.

Essa nova geração une os saberes ancestrais às tecnologias contemporâneas, criando conteúdos em múltiplas linguagens e plataformas. Além disso, cresce a presença indígena nas universidades e no mercado de trabalho da comunicação, com uma defesa firme pela valorização da formação profissional, do diploma e da representatividade nos espaços de decisão.

Um momento representativo da nossa caminhada no campo comunicacional e jornalístico, em que criativos da comunicação indígena de diversos contextos e gerações trabalharam juntos nos bastidores, pode ser sintetizado no especial “Falas da Terra”. Produzido e exibido em 2021 pela Rede Globo como programação para o Dia dos Povos Indígenas, o documentário ilustra nosso percurso ao demonstrar que somos mais do que personagens: somos também realizadores, prontos para apresentar nossas próprias perspectivas.

1. Fala coletada durante o evento Poranga Marandúá, o primeiro encontro da Abrinjor, realizado entre os dias 24 de abril a 04 de maio de 2025, em Brasília-DF.



3. Indígenas jornalistas e o jornalismo indígena: o direito a falar de NÓS e os desafios ao abrir caminhos

Ykaruni Nawa

Sônia Kaingáng

Ariene Susui

Helena Corezomáé

Raquel Kariri

Luan Tremembé

Ayla Tapajós

Luciene Kaxinawa

Antes de 2022, éramos como riachos diversos, cada um fluindo com sua própria voz, mas sabendo da existência de outros fluxos de água. Alguns dos nossos se encontravam nas mobilizações, mas não chegavam a canalizar suas forças para a formação de um grande rio. A partir de alguns encontros – sobretudo no Acampamento Terra Livre e nas mobilizações contra o Marco Temporal, pós-pandemia, em Brasília –, um sonho começou a brotar: unir esses cursos d’água em um rio comum. Inicialmente, nos juntamos em um grupo no WhatsApp em 08 de dezembro de 2022. Como igarapés, não formávamos grande volume de água – éramos contados. Saímos de jornadas solitárias, mas ansiávamos por ser mais que um, por sermos “nós”. Desse anseio nasceu a Abrinjor e nossa união se transformou em um rio forte, serpenteando os seis biomas do Brasil.

E por que indígenas jornalistas e não jornalistas indígenas? Porque antes de sermos jornalistas, somos coletivo, somos ancestralidade, guardiões de saberes, corpo-território¹, indígenas. A identidade indígena vem em primeiro lugar, antes mesmo da identidade profissional. A ordem altera, sim, os fatores, por isso: indígenas jornalistas.

Ao escolhermos a profissão de jornalista, frequentemente, deparamos com um panorama de exclusão e isolamento desde os tempos da graduação. Já na universidade, enfrentamos o árduo esforço pela permanência, marcada pela escassez de recursos destinados ao nosso apoio, reflexo de um histórico excludente para pessoas etnicamente diversas.

Ao concluirmos nossos estudos, nos encontramos diante de um mercado de trabalho pouco receptivo, com limitadas oportunidades para profissionais indígenas e que ainda tenta nos encaixar em um padrão alheio às nossas identidades. Essa realidade persiste devido à histórica falta de abertura do mercado de trabalho para

a riqueza étnica do Brasil. Prova disso são os dados de 2017 do Instituto Ethos, que indica indígenas representando 1% dos trabalhadores nas maiores empresas do Brasil. Na liderança, esse número cai para 0,1% (apenas em níveis de supervisão e gerência).

Com a Abrinjor, nossos riachos ganharam força e visibilidade, permitindo que nosso compromisso coletivo alcance um público mais amplo e combata a homogeneização, folclorização e narrativas essencialistas externas a nós, que não nos representa, nem espelha quem somos. É a afirmação de que a diversidade de perspectivas indígenas existe, sendo fundamental para a compreensão plena de Pindorama (Brasil)².

Porém, transformar esses rios em caminhos navegáveis no cenário midiático impõe desafios significativos. O embate contra o racismo estrutural, a conquista de espaço em veículos de comunicação dominados por lógicas eurocêntricas e a garantia de recursos para a produção de conteúdo de qualidade são obstáculos constantes.

Abrir esses caminhos exige persistência, coordenação política e o reconhecimento da importância do jornalismo indígena como ferramenta essencial para a justiça social e a valorização da pluralidade cultural brasileira. “Nunca mais um jornalismo sem a nossa presença” – frase usada no I Encontro de Indígenas Jornalistas – não são apenas palavras bonitas, mas o fundamento político que nos move pelo direito de protagonizar nossos conhecimentos, pois acreditamos que sem a presença indígena, o jornalismo se configura uma caravela condutora de um sonho onde pouco ou nada se questiona sobre os efeitos do projeto colonial que reproduz. Sem a nossa presença no jornalismo, a nossa história não é contada; sem a nossa presença, não há transformação e nem reflorestamento de mentes.

É dessa confluência que nasce a Abrinjor. Surgimos com o intuito de reunir para demarcar e visibilizar a presença e a prática coletiva dos indígenas jornalistas brasileiros. Desde 2022 temos

nutrido os muitos rios que nos constituem para produzir uma perspectiva plural, antirracista e contracolonial do jornalismo indígena, reconhecendo todas as produções realizadas anteriormente.

Quem somos: indígenas jornalistas e a Abrinjor

A produção deste manual surge com a existência de uma rede de indígenas jornalistas formada por 65 integrantes, cada um sendo um braço vital desse rio que formamos. São 37 jornalistas graduados e 28 estudantes³, todos contribuindo para a correnteza de informações. Essa força se expressa por meio de 42 mulheres e 23 homens, pertencentes a 45 povos, cujas vozes unidas ecoam a diversidade do país.

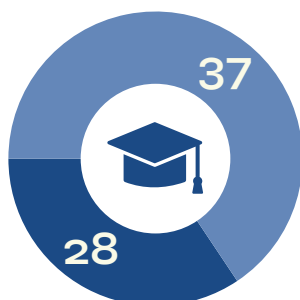
Somos originários de 06 biomas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. Pertencemos aos povos Arawá, Wapichana, Waíkhana (Piratapuya), Makuxi, Pataxó Hã-hã-hãe, Terena, Guajajara, Javaé, Pankararu, Mura, Manchineri, Balatiponé (Umutina), Fulni-ô, Kariri, Krahô, Tapuya Otxukayana/Tairairiú, Tapuya Paiacu, Tuxá Kiniopará, Magüta (Tikuna), Pankararé, Pankará, Isu Kariri, Mongoyó, Kaingáng, Omágua (Kambebe), Tremembé, Terena, Taurepang, Tapajó, Tupinambá, Baré, Huni Kuin, Nawa, Munduruku, Sapará, Kanamari, Kaimbé, Krênka (Xakriabá), Karajá, Marubo, Truká, Xavante, Laklãnô/Xokleng, Yepá Mahsã (Tukano) e Khisetjê.

Como integrantes do movimento indígena, trabalhamos pela autonomia dos nossos povos e organizações de base, denunciando a desconsideração das nossas identidades e a precarização em espaços acadêmicos e jornadas de trabalho. Valorizamos nossa formação sociocultural ampla, influenciada pela comunicação popular⁴ e pelas lutas de base junto às nossas lideranças, anciãos, organizações e comunidades.

65 integrantes pertencentes a **45** povos

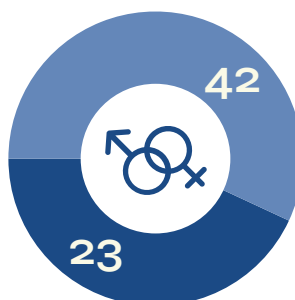


jornalistas
graduados



estudantes

mulheres



homens

Em abril de 2025, realizamos, presencialmente em Brasília, o Poranga Marandúa – 1º Encontro de Indígenas Jornalistas do Brasil. “Poranga Marandúa”, em Nheengatu, significa “Boas Notícias” e traduz os esforços daquilo que nós indígenas pretendemos produzir no âmbito do respeito aos nossos povos.

O Poranga Marandúa representa o futuro do jornalismo indígena no Brasil e a construção do caminho para nos tornarmos profissionais de referência nacional e internacional no campo da Comunicação e do Jornalismo. Esse encontro histórico, que reuniu 28 indígenas jornalistas, demarcou o território da comunicação, do jornalismo no Brasil e nos levou a instruir processos de produção noticiosa sobre indígenas, sobretudo com a elaboração deste manual de redação. É a partir do Poranga Marandúa que também passamos a contornar a definição de jornalismo indígena, suas práticas e condutas. A conceituação foi realizada por meio de um puxurim (ajuntamento) de ideias coletivas.

O que fazemos: definição e ética do jornalismo indígena

Conceituar o jornalismo indígena brasileiro no âmbito do Poranga Marandúa foi a oportunidade de valorizar a riqueza sociocultural dos diferentes povos indígenas, cuja diversidade representa um patrimônio fundamental para o Brasil e o mundo, ao mesmo tempo em que demonstramos nossos conhecimentos práticos. O jornalismo indígena é definido como aquele produzido pelos próprios povos indígenas, voltado tanto para nossas comunidades quanto para públicos não indígenas. É uma prática jornalística que emerge das experiências próprias, histórias e realidades indígenas, tendo como fundamentos essenciais o respeito às tradições

orais, aos conhecimentos ancestrais, à diversidade cultural e à defesa dos territórios.

Como conceito, o **jornalismo indígena** se estabelece a partir de três bases fundamentais:

- 01.** A primeira base é ancestral, caracterizada pela tradição oral e pelos saberes transmitidos pelos anciões, sendo a oralidade e a escuta ativa pilares essenciais;
- 02.** A segunda envolve os processos históricos de formação e influência dos primeiros comunicadores populares e escritores indígenas das décadas de 1970 a 1990, responsáveis por estabelecer as primeiras referências escritas e visuais dos povos indígenas em veículos próprios;
- 03.** A terceira refere-se à formação acadêmica, onde técnicas jornalísticas são absorvidas, mas constantemente adaptadas às realidades específicas indígenas.

Em sua caracterização, o jornalismo indígena apresenta diversas particularidades que o distinguem do jornalismo convencional:

Território e ancestralidade: o território é o ponto central e estruturante das práticas jornalísticas indígenas, compreendido não apenas como espaço físico, mas como corpo-território, ancestral e cosmológico. A relação com a terra, rios e natureza transcende o conceito ocidental de meio ambiente, configurando-se como relações intergrupos de parentesco e pertencimento.

Oralidade e tempo diferenciado: a comunicação indígena – e, por conseguinte, o jornalismo indígena – valoriza profundamente a oralidade e a escuta ativa, reconhecendo e respeitando o tempo próprio das nossas comunidades e lideranças. Não se submete à velocidade e ao imediatismo impostos pela lógica mercadológica da mídia hegemônica, mas ao ritmo interno das nossas comunidades.

Ética e responsabilidade comunitária: o jornalismo indígena reconhece a responsabilidade ética e comunitária em sua produção de conteúdo. Há uma consciência sobre o impacto das palavras, que podem tanto preservar quanto prejudicar vidas, territórios e relações internas nas comunidades. Assim, pauta-se pelo cuidado, solidariedade e prudência.

Independência e posicionamento: caracteriza-se por ser independente das grandes estruturas midiáticas convencionais, mantendo autonomia narrativa e financeira. É posicionado, assumindo abertamente a defesa das vidas indígenas, comunidades, aldeias e territórios.

Diversidade linguística e cultural: valoriza e promove a diversidade linguística e cultural, produzindo conteúdos acessíveis nas línguas tradicionais dos povos, garantindo o direito à informação e fortalecendo identidades.

Reflorestamento narrativo: o jornalismo indígena desconstrói categorias coloniais e propõe o reflorestamento narrativo, trazendo à tona perspectivas indígenas sobre territórios, história, meio ambiente e Direitos Humanos. Busca construir uma narrativa coletiva, plural e inclusiva, que supere estereótipos e preconceitos impostos historicamente.

Construção de memória coletiva: tem como uma das suas funções principais a construção e preservação da memória coletiva indígena, registrando histórias, saberes e conhecimentos ancestrais, que são repassados às novas gerações.

Autoria coletiva: o jornalismo indígena é de autoria coletiva e comunitária, envolvendo não só a participação humana, mas também reconhecendo a voz e o papel da natureza como agente comunicativo. Este processo contraria a lógica acadêmica e colonial de autoria individualizada.

Solidariedade e cuidado: é um jornalismo preocupado com o

bem-estar das comunidades e indivíduos, caracterizado pela solidariedade e pelo cuidado. Não é apenas extrativista de informações e conhecimentos, mas também oferece devolutivas concretas aos entrevistados e comunidades envolvidas.

Em suma, o jornalismo indígena não é uma editoria ou um jornalismo étnico específico; **é uma prática transversal e integradora** que comunica desde a resistência e denúncia de violações até nossas vivências positivas e afirmativas enquanto povos indígenas; promove uma comunicação de pertencimento, pautada na autonomia narrativa, respeito às lideranças e compromisso com as gerações futuras.

No que se refere à ética do jornalismo indígena, ele é pautado:- Nos esforços de fazer com que o jornalismo brasileiro compreenda e respeite as populações indígenas do país em nossas concepções diferenciadas, defendendo um tratamento cada vez mais rigoroso da notícia. Também é pautado pela reivindicação por atualização de informações, com avanço permanente desse trabalho nos diversos meios de comunicação do Brasil e no mundo.

Acreditamos que é dever do jornalismo atender às exigências do seu tempo, incluindo, nesse sentido, a superação de preconceitos, práticas racistas e o respeito às diferenças culturais envolvendo povos originários.

As abordagens deturpadas, frequentemente reproduzidas pela mídia brasileira, são atravessadas por estereótipos e influências sociais, culturais e ideológicas que reforçam visões distorcidas ou simplificadas sobre as realidades indígenas. Tais noções controversas da sociedade não indígena são oriundas de uma realidade histórica colonialista.

À época da invasão, a comunicação oral dos povos indígenas foi vista como primitiva, sem prestígio e reduzido valor social, enquanto os relatos, cartas e outros documentos escritos pelos

colonizadores eram tidos como a única comunicação legítima. Tal situação contribuiu para as estruturas racistas e equivocadas que persistem até hoje, desvalorizando o saber e a existência dos povos indígenas, além de serem base para a reprodução do pensamento etnocêntrico ao longo do tempo.

Esse quadro evidencia as dificuldades de interação e compreensão das lógicas próprias dos povos indígenas, que se mantêm presentes mesmo na contemporaneidade. É nesse contexto que foram e são produzidas uma vasta quantidade de notícias, incapazes de traduzir nossas realidades. Desta forma, o jornalismo indígena vem como resposta contemporânea a uma exigência histórica dos nossos povos: ocupar não apenas espaços no interior da notícia, mas também garantir que as informações sejam atualizadas, coerentes e fiéis às nossas realidades.

1. A noção de “corpo-território” advém da pesquisa “Indígenas mulheres: corpo território em movimento”, de Braulina Aurora Baniwa, que conceitua “corpo-território” como a “totalidade de um corpo coletivo de povo; não se trata apenas de ter povo ou nome, mas carregamos os conhecimentos milenares no nosso corpo, e essa construção é através do nosso povo e território de pertencimento” (2022, p.11)

2. Pindorama é uma palavra no tronco tupi derivado do “pindó-rama”, uma redução de pindó-retama, isto é, “região (ou país) das palmeiras”, a forma como alguns povos indígenas de origem tupi nomearam o que hoje entendemos por Brasil.

3. Este dado foi produzido em abril de 2025, no contexto do Poranga Marandú – 1º Encontro de Indígenas Jornalistas do Brasil. Ele foi elaborado com o intuito de mapear presença de profissionais formados e em formação no campo da comunicação e foi apresentado durante o encontro.

4. Entendemos como “comunicação popular” o processo de comunicação que emerge da ação de grupos populares, tem a capacidade mobilizadora coletiva advinda dos movimentos e organizações populares, além de utilizar seus canais próprios de comunicação.



Ilustração: Braba Tremembé



4. Marcos da comunicação no Brasil: uma perspectiva indígena

Ykaruni Nawa
Andreza Baré
Jamille Mura

A comunicação ancestral é atemporal e os marcos históricos da comunicação indígena são difíceis de mensurar em datas, na medida em que a comunicação indígena é entendida milenar, desde a sua relação umbilical com a natureza, de onde viemos. Se levarmos em consideração que as artes indígenas – conhecida na arqueologia como “pinturas rupestres” – são formas de comunicação, com uma mensagem grafada em um canal – pedras, lascas, etc –, ali, há milênios de anos, já existia uma comunicação indígena não verbal e sim por meio de iconografias que remeteram nossa relação com a terra e o território.

Nos tempos atuais, são diversas as nossas formas de comunicação e trazemos, a seguir, os marcos históricos dessa comunicação multifacetada e multimídia. Não iremos esgotar todos os marcos e eles foram discutidos coletivamente em dois momentos de escrita deste Manual: **(1)** em uma oficina dentro do 1º Encontro de Indígenas Jornalistas do Brasil (Poranga Marandúa), no qual os 28 participantes registraram datas que julgavam relevantes para serem reconhecidas. Esse movimento fez com que identificássemos marcos em comum, mas também trouxe consciência sobre marcos regionais importantes para a diversidade dos povos indígenas no Brasil a nível local. **(2)** O segundo momento aconteceu em uma reunião ampliada com a participação de mais 16 participantes da Abrinjo, para que chegássemos a um consenso sobre tais marcos apresentados durante o Poranga Marandúa.

Assim, para conhecer os registros relevantes da comunicação indígena no Brasil, acesse os marcos históricos disponíveis no apêndice.



Ilustração: Braba Tremembé



5. Condutas: caminhos para o diálogo e respeito aos indígenas jornalistas, nossos povos, organizações e comunidades

Grazy Kaimbé
Luana Tarairiú
Elvio Pankararu

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)¹, diz no capítulo II, Artigo XIV, que os jornalistas devem “combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza”. Dessa forma, uma prática jornalística que promova o diálogo e o respeito aos povos indígenas é fundamental para uma conduta ética dentro da profissão.

Ao abordar pautas relacionadas aos povos indígenas, os jornalistas não indígenas devem seguir uma conduta juridicamente embasada, que respeite a diversidade cultural, os direitos coletivos e a autodeterminação dos nossos povos. O Brasil reconhece os direitos dos nossos povos por meio da Constituição Federal de 1988 (Artigos nº 231 e nº 232), além de convenções internacionais como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante o direito à consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas.

Por isso, todo jornalista, ao ter a pauta indígena como tema, deve estabelecer condutas comprometidas com o combate a injustiças e estereótipos que, por séculos, são perpetuadas contra nossos povos e nossos territórios. Assim, na medida em que a linguagem recorta o mundo em que vivemos, e pode afetar diretamente a vida das pessoas ligadas à determinada forma de comunicar, informar ou noticiar, apresentamos, a seguir, orientações para uma escrita respeitosa e cuidadosa sobre os povos indígenas do Brasil.

Respeito entre os pares (jornalistas não indígenas ↔ indígenas jornalistas)

No exercício do jornalismo, o respeito entre os pares – não indígenas e indígenas – é fundamental para construir narrativas mais justas, plurais e representativas. Quando um jornalista não indígena, ao se relacionar com os indígenas jornalistas, adota uma escuta ativa, pautada na abertura ao diálogo e reconhecimento da autoridade de saberes diversos, estes enriquecem não apenas o ambiente profissional, mas também a representatividade ética da profissão com promoção de ambientes e relações de aprendizado. Essa relação precisa ser de colaboração horizontal, em que se compreende que os indígenas jornalistas não apenas ocupam espaços, mas trazem perspectivas próprias, enraizadas em vivências, histórias e cosmologias que enriquecem o jornalismo brasileiro.

A importância das informações e fontes das organizações indígenas

No Brasil, somos 305 povos indígenas identificados, com 274 línguas² indígenas diferentes, portanto, é fundamental compreender e reconhecer essa diversidade. Com isso, a Abrinor recomenda que as fontes, dados e informações nas pautas e produções sobre os povos indígenas sejam preferencialmente de organizações indígenas, especialistas indígenas ou de lideranças das comunidades.

É importante ressaltar que temos profissionais indígenas em diferentes áreas que podem contribuir e enriquecer as pautas jornalísticas. Além disso, cada povo tem suas organizações representativas ou mesmo lideranças que respondem pela coletividade e precisam ser consultadas. Ao reconhecer as lideranças ou organizações indígenas na produção da notícia, conseqüentemente o conteúdo noticioso também irá respeitar a autonomia dos povos indígenas, conforme Art. 231 da Constituição Federal de 1988. Como exemplificação: em uma cobertura sobre violações enfrentadas pelo povo Yanomami, as lideranças devem ser priorizadas, seguidas pelas organizações indígenas daquele povo, como a Hutukara, ou organizações representativas regional ou nacionalmente, a saber: Coiab ou Apib.

O texto constitucional aponta que **"São reconhecidos aos índios sua organização social**, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". O grifo destaca que o Estado brasileiro reconhece a estrutura social que cada povo apresenta, podendo ser de caráter individual – cacicas, caciques, anciãos, anciães – ou de caráter coletivo, como são as organizações sociais indígenas. As formas de organização social dos povos indígenas são legítimas de representar os povos indígenas, superando, portanto, o posicionamento constitucional anterior que priorizava a tutela como ordenamento jurídico para condução das vidas indígenas.

As fontes indígenas³ exigem mais do que escuta, necessitam de uma postura ética dos jornalistas. Nossas lideranças, anciãos, jovens e outros representantes não são apenas "personagens exóticos", mas detentores de saberes, visões de mundo e formas de organização social que devem ser tratados com legitimidade e dignidade. A horizontalidade implica não apenas em ouvir, mas con-

siderar essas vozes como autoridades em seus próprios contextos, respeitando seus tempos, modos de falar e consentimento.

Historicamente, a sociedade brasileira, em especial a não indígena, desde o processo de colonização, vem criminalizando os povos indígenas. E o jornalismo foi, por muitas vezes, aliado dessas violações ao silenciar e minimizar nossas demandas. Portanto, ao veicular qualquer notícia sobre os povos indígenas, é indispensável ter cautela para não colaborar ainda mais para a criminalização, estereotipação e racismos a que somos submetidos.

Cuidado e segurança na exposição das fontes e personagens

Nossos povos vivem sob constantes ameaças, especialmente no que diz respeito à luta pelo território e pela vida. Desta forma, na prática jornalística, principalmente na apuração e cobertura de denúncias de violações dos nossos direitos humanos, é essencial que jornalistas avaliem com cuidado, ética e segurança a exposição pública da liderança ou membro indígena responsável pela denúncia, considerando os riscos à sua integridade física e psicológica, bem como a segurança da sua família e comunidade.

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros diz no Capítulo II, no Artigo VI⁴, que o jornalista deve "não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha". O direito à vida e à integridade deve vir antes da publicação. Por isso, evite a exposição indevida em denúncias ou situações de conflito, avalie os riscos da exposição de lideranças e fontes indígenas. Se necessário e se solicitado, utilize recursos para a não-identificação das fontes.

Direito à imagem, expressões tradicionais culturais e audiovisual

O artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal de 1988 estabelece que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. Com base nesse princípio e em preceitos éticos do jornalismo, toda produção deve ter o uso de imagem previamente autorizado e estar devidamente creditada. No caso de conteúdos jornalísticos produzidos por indígenas, é fundamental identificar o nome do autor e/ou da organização responsável, respeitando as especificidades de cada formato, seja vídeo, áudio ou outro.

Ao retratar os povos, assim como qualquer cidadão brasileiro, o jornalista precisa estar atento à preservação do direito de imagem. Mesmo que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), na questão do uso de imagens, não se aplique à atividade jornalística por entendê-la como de interesse público, os jornalistas precisam seguir uma conduta ética e juridicamente respaldada, que respeite a diversidade cultural, os direitos coletivos e a autodeterminação dos nossos povos.

Para isso, o profissional deve se certificar com as fontes e as lideranças sobre a autorização para captação e divulgação de imagens, especialmente quando se trata de matérias sobre temas sensíveis, como áreas de conflito ou denúncias.

É importante ter um documento de autorização de imagem antes de registrar e comercializar os materiais sobre povos indígenas, que pode ser em texto, em vídeo ou áudio, considerando as especificidades e necessidades de cada fonte. Quando a

pauta envolver crianças e adolescentes, esse cuidado deve ser redobrado, e a autorização do responsável se torna obrigatória para a veiculação.

Outra recomendação, quando se trata de direito à imagem, ao pautar um determinado povo ou bioma, os textos, legendas, fotografias e vídeos precisam estar relacionados corretamente com o povo de referência. Por exemplo: é considerado um erro de informação utilizar uma fotografia de um indígena amazônida ao falar dos povos indígenas da Caatinga.

No âmbito de povos indígenas em isolamento voluntário, é imprescindível o diálogo com a organização representativa que defenda os direitos dos povos indígenas isolados ou mesmo o órgão oficial que trata da pauta. No Brasil, regionalmente, é a Coiab, assim como Apib, que tratam da temática e têm em sua rede as organizações indígenas locais que lidam com a demanda; no âmbito do Estado, é a Funai quem responde oficialmente. Orienta-se que as imagens sobre tais povos devem ser restritas às divulgadas oficialmente pela Funai ou por organizações indígenas reconhecidas. É expressamente proibido tentar estabelecer contato direto com esses povos, conforme as diretrizes da Funai, que adota uma política de não contato, intervindo apenas em situações de risco iminente para a sobrevivência desses grupos. Vale reforçar que o Estatuto do Índio também estabelece normas para a proteção dos povos indígenas, incluindo aqueles em isolamento voluntário, reconhecendo sua condição específica e a necessidade de medidas que garantam sua integridade física e cultural.

A Abrinor alerta para o fetiche da sociedade na publicização de informações sobre povos indígenas isolados ou de recente contato⁵, principalmente na busca de saber mais das condições do isolamento. Esse fetiche leva a publicação de informações sobre povos indígenas isolados sem o devido respeito à sua imagem ou

integridade física dos nossos parentes, muitas das vezes disfarçados de informação de interesse público relevante.

Ao noticiar o contato de quaisquer povos em isolamento voluntário, é imprescindível a não exposição das imagens de forma nítida, muito menos a identificação do contato, para evitar publicizar a localização do grupo indígena para outros grupos mal intencionados, como proselitistas, levando ao contato forçado. Evite, assim, indicar o município ou comunidade onde houve o contato; prefira localizações mais generalistas, como um estado da federação ou mesmo uma região ampliada (ex. Vale do Juruá, Acre; Baixo Amazonas, Amazonas).

O respeito aos nossos parentes em isolamento voluntário garante sua segurança e autonomia. Além disso, os profissionais devem assegurar que a matéria não reforce estereótipos negativos ou preconceituosos, respeitando a diversidade cultural e os direitos desses povos.

Respeito ao calendário e a agenda da comunidade para visitas e consultas aos povos

O jornalista deve respeitar os calendários e agendas culturais das comunidades indígenas em visitas aos territórios, solicitando autorizações das comunidades e órgãos, como as associações indígenas e órgãos oficiais como Funai, quando necessário, visto que existem espaços, rituais, tradições e ambientes que são exclusivos de cada povo e precisam ser autorizadas para participações externas.

Territórios e comunidades indígenas não são comunidades rurais

As comunidades, aldeias e territórios indígenas não podem ser classificados como comunidades rurais. Embora muitos de nós vivamos em áreas fora dos centros urbanos — comumente denominadas “zonas rurais” pela geografia — isso não nos torna “rurais” nos mesmos termos que outros grupos sociais que habitam essas regiões. Somos povos com culturas próprias, tradições singulares e modos específicos de ver e viver o mundo.

A Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 OIT reconhecem o nosso direito à autodeterminação, ou seja, o direito de nos reconhecermos — e sermos reconhecidos — como povos distintos, com sistemas próprios de governança, organização social e conhecimentos.

É importante ressaltar que também estamos presentes nos contextos urbanos, e nesses casos, os territórios indígenas urbanos também devem ser reconhecidos. Para nós, o território vai muito além da dimensão física: é um espaço espiritual, de memória e de prática cultural, onde realizamos nossos rituais, estreitamos nossos vínculos e garantimos a continuidade de nossos modos de vida.

Grafia dos nomes dos povos deve ser maiúscula e sem plural

O nome de um povo indígena é próprio e representa a história, os saberes e a cultura de cada grupo. Portanto, DEVE ser escrito sempre com a inicial maiúscula, porque é um nome próprio; no singular porque reflete uma identidade coletiva e não uma soma de indivíduos.

os; e com a grafia correta, respeitando as autonomias linguísticas escolhidas pelos próprios povos sobre como grafar seus nomes, por exemplo: Akwe-Xerente e não apenas Xerente.

Respeito às práticas, aos ritos e às especificidades de cada pessoa indígena

Como já dito anteriormente, nossos povos são diversos em cultura, organização social, política, tradições, línguas e modos de vida. Respeitar suas práticas culturais, ritos e suas particularidades é fundamental.

Generalizar-nos, exigir adornos ou reforçar estereótipos, assim como dizer “você não parece indígena”, por exemplo, é uma forma de desrespeito e racismo. Conheça e pesquise as realidades indígenas, do povo em pauta, antes da entrevista ou escrita jornalística.

Adornos e grafismos têm significados sagrados e não devem ser tocados ou usados, especialmente sem autorização. Se a pessoa indígena não estiver usando cocar, pintura ou outros elementos de seu povo, o jornalista não deve questionar nem mencionar isso na matéria. Vale ressaltar, portanto, que a identidade indígena não depende da aparência.

Cuidados ao cobrir suicídios

A cobertura jornalística de suicídios deve seguir orientações rigorosas para evitar sensacionalismo, estigmatização e exposição desnecessária das vítimas e dos familiares. Profissionais da imprensa

precisam evitar detalhes gráficos sobre os métodos usados, não publicar fotos ou vídeos explícitos. Além disso, é fundamental respeitar a privacidade das famílias e apresentar o suicídio como uma questão de saúde pública, considerando seus múltiplos fatores sociais e psicológicos. Informar sobre prevenção e indicar serviços de apoio são práticas essenciais para uma cobertura responsável.

No caso da população indígena, esses cuidados devem ser ainda mais rigorosos e contextualizados. O suicídio em comunidades indígenas está frequentemente ligado a fatores complexos como o processo de colonização, a perda de terras, o racismo estrutural e a ruptura de tradições culturais, o que exige uma abordagem que respeite essas especificidades e evite explicações simplistas ou estereotipadas. É fundamental não apresentar o suicídio como um problema exclusivo ou inerente a esses povos, evitando culpas ou associações preconceituosas. Devido ao tamanho reduzido das comunidades, a preservação da identidade dos envolvidos é essencial para proteger a privacidade e evitar constrangimentos.

Para garantir um relato respeitoso é preciso garantir a participação de lideranças indígenas e organizações reconhecidas (Apib, por exemplo), bem como a Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogos (Abipsi). Além disso, é importante amplificar as ações das próprias comunidades, destacando iniciativas de prevenção e estratégias indígenas de fortalecimento cultural e cuidado com a saúde mental. Por fim, a cobertura deve informar sobre redes de apoio específicas para indígenas, ampliando o acesso a serviços públicos e comunitários. Dessa forma, a imprensa contribui para uma compreensão mais profunda e humanizada do problema, respeitando os direitos e a dignidade dos povos originários.

Cuidado ao reforçar preconceito linguístico

Afetados pela colonização, muitos povos indígenas estão em estágios diferentes de fluência do português. É importante ressaltar que a nossa diversidade linguística gerou um país extremamente diversificado do ponto de vista da comunicação em língua portuguesa. Assim, é preciso levar em consideração tal contexto socio-linguístico ao transcrever entrevistas ou abrir aspas para pessoas indígenas no interior do conteúdo noticioso.

O respeito aos nossos parentes deve ser, sobretudo, ao reproduzir falas literais dentro da notícia. Ao ressaltar formas desviantes da norma culta nas declarações indígenas, incorre-se ao racismo e potencializa os preconceitos de associação de adjetivos pejorativos, como "atrasados", "incapazes" e "sem letramento". Garantir adaptações na redação das declarações, de forma que não afete o sentido da fala, é uma ação respeitosa para com os povos indígenas. Tal ação evita associações indevidas e mantém a autoria do declarante.

Estereótipos ultrapassados que devem ser combatidos

Produções jornalísticas feitas sem preparo podem reforçar estereótipos, racismo e narrativas reducionistas sobre os povos indígenas. Isso contribui para a reprodução de imagens distorcidas, baseadas em visões coloniais e folclorizadas, que ignoram a diversidade e complexidade desses povos.

Esse tipo de abordagem compromete a qualidade da informação e amplia a marginalização histórica dos povos indígenas. Ao

influenciar negativamente a percepção pública, ela pode se refletir diretamente na formulação de leis e políticas públicas, dificultando o avanço de medidas de promoção dos direitos e o bem-estar das populações indígenas.

Um exemplo comum é a associação indevida entre povos indígenas e alcoolismo. O problema, que afeta diversas etnias e classes sociais, não deve ser tratado como exclusivo dos indígenas. Ao abordar o uso de álcool ou outras substâncias, só mencione a origem indígena da pessoa entrevistada se for essencial para a compreensão da matéria. Mesmo em denúncias sobre fatores que afetam comunidades indígenas, é necessário deixar claro que o problema não é exclusivo desses povos.

Outro erro recorrente é destacar a identidade indígena em casos de violência ou criminalidade, prática que raramente ocorre quando os envolvidos são brancos. Mencionar a etnia quando isso não for relevante ao fato contribui para reforçar associações indevidas entre indígenas e violência. Além disso, os jornalistas não indígenas devem evitar expressões, gestos e imagens que retratem os povos indígenas de forma caricata ou pejorativa.

Mesmo com formação, uma pessoa não deixa de ser indígena

Nossos parentes possuem diversas profissões, sendo especialistas e capacitados em diferentes áreas de atuação. Portanto, estes não deixam de ser indígenas, visto que a cultura se transforma, e não se perde ou fica estática. Já dizia o célebre líder Marcos Terena: "eu posso ser quem tu és, sem deixar de ser quem eu sou".

Cabe reforçar, ainda, que o jornalismo precisa reconhecer nossos parentes como vozes especializadas para compor as fontes da notícia. Em um mundo estruturado para favorecer a branquitude enquanto um sistema, pessoas indígenas podem ser acionadas – a partir das suas áreas de formação – sobre diversas pautas que o jornalismo costuma noticiar, diversificando, desta forma, a identidade das fontes e promovendo um jornalismo mais representativo.

Gestos e expressões racistas

Abaixo, em complementação às condutas já apresentadas até aqui, destacamos alguns gestos e expressões racistas contra os povos indígenas, que fizemos a partir de um exercício coletivo entre os membros da Abrinor, a fim de identificar palavras, expressões e situações em que nós povos indígenas somos colocados cotidianamente:

- Gestos e sons pejorativos, como bater na boca;
- Expressões como “fazer a dança da chuva” ou “trocaram ouro por espelhos”;
- Associar as pessoas indígenas aos fenótipos “verdadeiramente indígenas”, como cabelo liso, tom de pele avermelhada, olhos puxados;
- Tratar o consumo como algo que é proibido aos povos indígenas, questionando identidades ao ver uma pessoa indígena utilizando determinados produtos. Por exemplo, é comum nas redes sociais comentários questionando indígenas terem Iphone, automóveis ou roupas de marca.

Passos fundamentais para uma cobertura ética e legal de pautas indígenas:

- Conhecer a história, o contexto territorial e cultural de cada povo é de extrema importância e é uma prática jornalística, antes da realização do produto jornalístico;

- Garantir autorização da comunidade, organização indígena ou órgãos competentes⁶;

- Buscar fontes representativas indígenas ao realizar entrevistas;

- Evitar generalizações: o respeito à especificidade de cada povo e elemento central da produção noticiosa;

- Revisar e avaliar para garantir que o texto não irá reforçar estereótipos negativos nem colocar em risco a integridade da fonte.

1. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-cod_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 12 de julho de 2025.

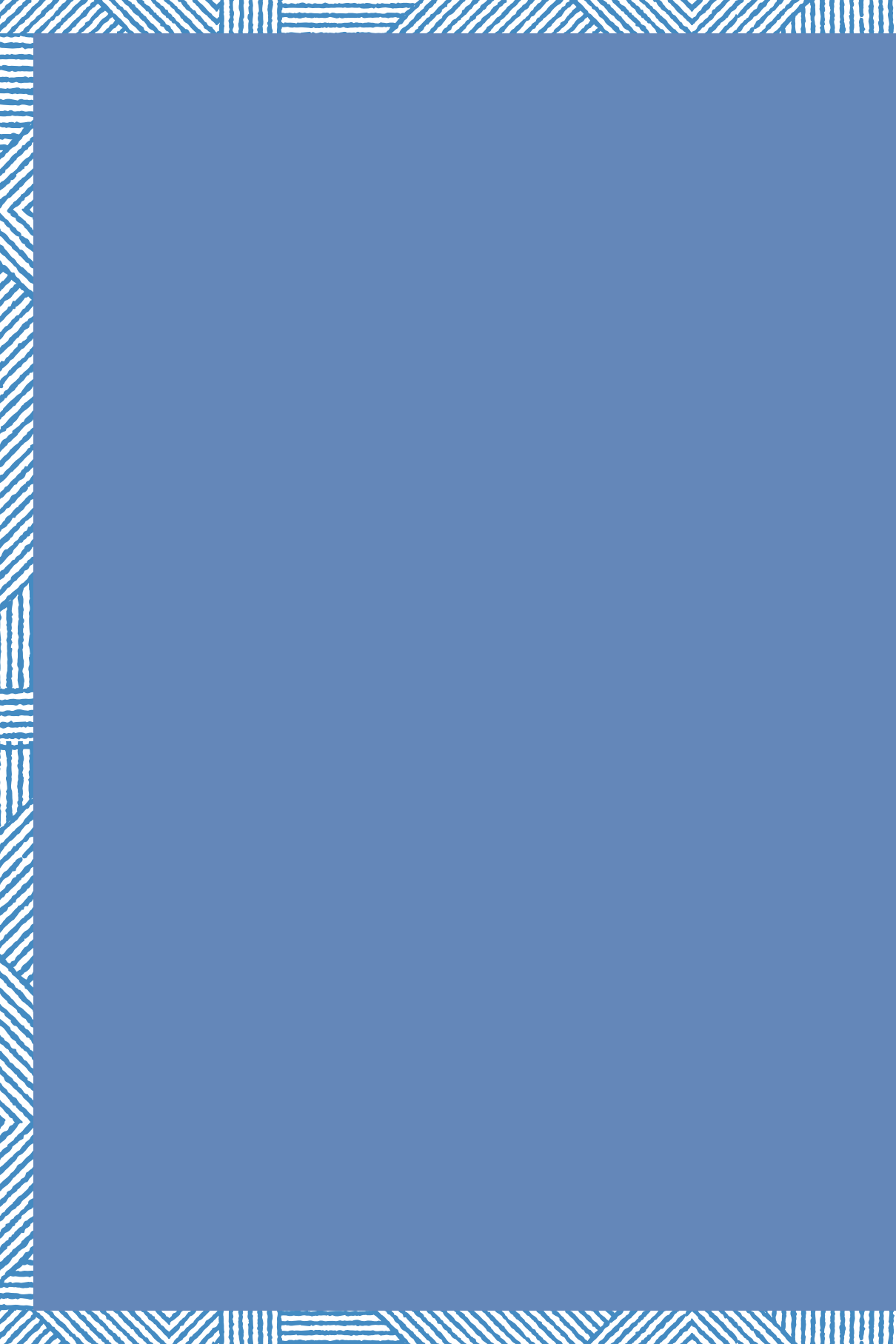
2. Apesar de reconhecermos os dados apresentados pelo número de povos e línguas faladas pelos povos indígenas, conforme censo do IBGE de 2010, é importante ressaltar que até o momento o censo de 2022 não atualizou tais dados. Além disso, é importante reconhecer que organizações como Instituto Socioambiental (ISA), Coiab e o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) podem apresentar suas próprias métricas e dados.

3. Ressalta-se que, a partir deste Manual, identificamos a necessidade de criação de uma lista de fontes indígenas para serem consultadas por jornalistas. As informações podem ser acessadas no site da Abrinjor.

4. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codi-go_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 12 de julho de 2025.

5. A título de exemplificação, acessar: <https://www.bbc.com/mundo/articles/cgr2qwqqdwjo>, matéria da BBC News Mundo com a manchete “Lo que una cámara automática muestra de un pueblo indígena sin contactar en Brasil”, publicada em 07 de abril de 2025.

6. A Fundação Nacional dos Povos Indígena (Funai) dispõe de um setor responsável por emitir autorizações de acesso a terras indígenas. Para mais informações, acesse: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/ingresso-em-terra-indigena>



6. Conceitos ultrapassados sobre povos indígenas no Brasil

Coral Kariri

Juliana Kariri-Tarairiú

João Pankararé

Andreza Baré

O jornalismo como instrumento fundamental da manutenção do poder no sistema colonial, exerce participação determinante na construção e desconstrução de termos e expressões ultrapassadas que são responsáveis pelo racismo anti-indígena naturalizado na sociedade brasileira. Tais palavras e gestos que alimentam o imaginário coletivo sobre nós de forma violenta e desrespeitosa, ao longo dos anos, foram consolidadas através do jornalismo e reforçadas por vários meios de comunicação.

O primeiro jornal impresso do Brasil, Gazeta do Rio de Janeiro, fundado em 1808, foi criado com o intuito principal de defender interesses da coroa portuguesa, que retratava nossos povos como obstáculos ao “progresso” e ameaças à segurança, apresentando as culturas originárias também como inferiores e não-civilizadas na hierarquia imposta pela sociedade colonial.

Essas representações influenciam de forma significativa a fantasia colonial sobre os povos indígenas desde o século XIX, em movimentos literários como o Indianismo. Apesar das tentativas de valorização, essa literatura criou narrativas sobre indígenas como selvagens ou como um “herói nacional” – este último carregando consigo um racismo positivista (ex: bom selvagem, índio que se tornou civilizado), resultando em uma série de produções que mais tarde foram reiteradas.

Radionovelas, programas de TV, telenovelas, músicas, revistas, histórias em quadrinhos, desenhos animados, entre outros formatos, ainda servem como agentes reprodutores desse racismo positivista.

Para orientar uma ética jornalística comprometida, baseada em tudo que já discutimos aqui nesse material, é importante fazermos essa revisão cuidadosa e reparadora de expressões responsáveis pela desinformação sobre os povos indígenas e suas culturas. Faremos abaixo apontamentos necessários para que, como profis-

sionais do jornalismo, possamos romper com o pacto colonial reproduzido nas redações, orientando os profissionais não indígenas a cobrir e pautar de forma responsável a história ancestral e milenar dos nossos povos.

Verbetes

Índio não! Indígena sim!

É importante iniciarmos destacando as diferenças entre as duas palavras frequentemente confundidas: "índio" e "indígena". Esses termos não são sinônimos e carregam significados históricos e políticos distintos. A palavra "índio", foi usada de forma equivocada e pejorativa pelos invasores europeus. Baseando-se em seus próprios interesses e desconhecimento geográfico, acreditaram ter chegado às Índias ao realizarem contato com nossos parentes. Assim, passaram a nomear os povos originários das Américas com um termo que não os representava.

A raiz etimológica da palavra 'índio', vem do sânscrito, **sindhu**, referente ao Rio Indu, que corre pela Índia e Paquistão, países localizados no sudoeste asiático. No dicionário, "índio" significa "natural ou habitante da Índia". Já a palavra "indígena", possui origem no latim **indigēnae**, cujo significado é "aquele que é natural do lugar em que vive, gerado na terra que lhe é própria."

Ao chamarem os povos originários das Américas de "índios", os colonizadores impuseram um rótulo carregado de preconceitos. O termo passou a ser associado à ideia de povos primitivos, não civilizados, pagãos, indignos e sem cidadania. Essa designação reduziu uma enorme diversidade de línguas, culturas e modos de vida a uma única e estereotipada identidade: o "índio". E essa visão distorcida ainda persiste em muitos contextos atuais.

Atualmente, a Constituição Federal brasileira e a Convenção 169 da OIT reconhecem o direito à autodeterminação dos povos indígenas, assegurando o uso correto do termo: somos “povos indígenas” — sujeitos coletivos, com culturas, línguas, sistemas de governança e formas de viver próprias. Ainda assim, existem contextos de afirmação que devem ser considerados. Muitos anciãos, troncos velhos e lideranças mais velhas ainda utilizam do termo ‘índio’ para se referir a si mesmo e à identidade étnico-política diante do mundo não indígena. De acordo com Gersem Baniwa (2006, p. 33), a categoria “índio” foi utilizada por muitos povos para reafirmação étnica e reivindicação por direitos territoriais, na medida em que era a partir da afirmação que o Estado passou a reconhecer os povos indígenas na sua condição de povos originários para usufruto exclusivo das terras que tradicionalmente ocupavam e ainda ocupam. Nesses casos, é fundamental considerar e respeitar a forma de expressão dos mais velhos quando estes se apresentarem como “índios”, diante de suas vivências e entendendo que estão se referindo a identidade indígena diferenciada e situada no tempo.

Em abordagens jornalísticas, institucionais e educativas, recomendamos **priorizar o uso dos termos “indígena” ou “povos indígenas”**, por serem conceitual e juridicamente adequados. O uso de “índio” deve ser evitado quando empregado de forma genérica, estereotipada ou descontextualizada. Excepcionalmente, quando pessoas indígenas utilizarem esse termo para se autodenominarem, essa escolha deve ser respeitada e devidamente contextualizada.

Cabe ao jornalismo adotar uma linguagem precisa, informada e responsável, reconhecendo a diversidade dos povos indígenas, suas formas próprias de nomeação e o peso histórico e político das palavras utilizadas.

Tribo

O termo “tribo” foi amplamente difundido a partir dos relatos da antropologia clássica, estruturalista e europeia, que tentou descrever grupos humanos com formas próprias de organização social. No entanto, ao ser apropriado pelo senso comum, esse termo passou a ser usado de maneira equivocada, imprecisa e carregada de estereótipos, reforçando visões distorcidas sobre os povos indígenas, sobretudo para diferenciar a sociedade europeia das demais sociedades ao redor do globo.

Com o tempo, “tribo” passou a ser aplicado de forma genérica e pejorativa para classificar etnias indígenas – principalmente no continente africano e Oceania – como se fossem grupos homogêneos, atrasados ou primitivos. Essa generalização ignora a enorme diversidade de povos originários existentes no Brasil e no mundo, cada um com sua língua, história, território, organização social e cosmovisão singulares.

Até hoje, é comum escutar perguntas como: “de que tribo você é?”, evidenciando como esse termo ainda é usado para definir a identidade indígena de forma reducionista. Por isso, **é fundamental substituí-lo por termos mais respeitosos e precisos, como “povo”, “etnia” (povo Tremembé, povo Kariri e etc) ou o próprio nome do povo em questão**, reconhecendo a diversidade e a autodeterminação dos povos indígenas. Além disso, vale ressaltar que a categoria “povo” indica a pertença a um lugar/território, dotado de história, práticas socioculturais e línguas.

Diferença entre indígena e indigenista

Não confunda indígena com indigenista! Indígena é uma referência direta aos povos indígenas, como por exemplo, educação escolar indígena, ou seja, aquela que é protagonizada pelos povos indígenas; organização indígena, ou seja, uma instituição criada e gerida por povos indígenas. A APIB, por exemplo, é uma organização indígena.

Já o termo indigenista se refere a pessoas e instituições, principalmente não indígenas¹, que atuam na defesa dos direitos dos povos indígenas, como aliados nos compromissos por justiça, território e bem viver. Um exemplo disso é a Funai, órgão do Estado brasileiro com atribuições indigenistas. Um servidor público que atua na Funai é considerado um indigenista. Atualmente, a política indigenista oficial – aquela executada pelo Estado – é compreendida como ampliada, isto é, todos os órgãos públicos têm competência indigenista.

Também existem organizações da sociedade civil que são indigenistas, ou seja, são compostas por pessoas não indígenas que trabalham em defesa dos povos indígenas. O Centro de Trabalho Indigenista (CTI) é um exemplo de organização indigenista.

Em coberturas jornalísticas, institucionais e educativas, é fundamental **distinguir corretamente os termos “indígena” e “indigenista”**, evitando usá-los como sinônimos. “Indígena” deve ser empregado exclusivamente para se referir aos povos indígenas, suas organizações, iniciativas e protagonismos. Já “indigenista” deve designar pessoas, órgãos ou instituições — em geral não indígenas — que atuam na defesa dos direitos indígenas.

Recomenda-se **atenção especial à identificação correta de organizações, políticas públicas e fontes**, de modo a não deslocar o protagonismo indígena nem atribuir aos povos indígenas ações, funções ou papéis que correspondem a aliados ou ao Estado. Uma

linguagem precisa contribuir para uma cobertura ética, informada e comprometida com o reconhecimento da autonomia e da autodeterminação dos povos indígenas.

Índios de antigamente

A expressão que sempre vem colocada em contextos comparativos, como nas frases: “não se fazem índios como antigamente” ou “era um índio de verdade, como os índios de antigamente”, são usadas para se tentar diminuir os indígenas que se encontram em contexto urbano e que estão inseridos e participando na sociedade que os envolveu. A herança colonial criou no imaginário social a ideia de que os povos indígenas vivem em um tempo estático, e que viver na cidade, trabalhando em instituições e empresas, utilizando de ferramentas tecnológicas, invalida o modo de vida e a cultura ancestral.

A afirmação e identidade indígena não podem ser medidas por réguas coloniais, estáticas; também não necessitam de validação dos não-indígenas e herdeiros da colonização. Além disso, interagir e usar de ferramentas disponíveis a qualquer cidadão não torna uma pessoa indígena “menos indígena”, pois a adoção de ferramentas criadas em outras culturas não significa o abandono da nossa identidade.

Silvícola / selvagem / bugre

O termo “**silvícola**” vem do latim *silva* (floresta) e *cola* (habitante), significando “aquele que habita a floresta”. No entanto, nem todos os povos indígenas vivem em florestas. Muitos habitam outros biomas, como o Cerrado, os Pampas e áreas costeiras, onde a vegetação é mais aberta. Há ainda comunidades indígenas vivendo em contextos urbanos. Reduzir os povos indígenas à condição de “habitantes da floresta” é ignorar a diversidade de seus modos de vida e territórios.

A palavra **"selvagem"**, também de origem latina (*silvaticus*), tinha originalmente o sentido de "do mato" ou "que vive na floresta". Com o tempo, passou a ser usada de forma pejorativa para se referir a pessoas consideradas "não civilizadas", sendo aplicada de forma racista aos povos indígenas.

Já o termo **"bugre"** tem origem no francês *bougre*, que, na Europa medieval, era um insulto direcionado aos búlgaros hereges que resistiam à dominação católica. No Brasil, os colonizadores adotaram essa palavra para se referir aos indígenas de forma depreciativa. Até hoje, infelizmente, o termo ainda é usado em algumas regiões do Sul e Sudeste do país, carregando um forte conteúdo discriminatório e racista.

Essas três palavras têm em comum o fato de terem sido amplamente utilizadas durante o período colonial e no Império do Brasil para desumanizar os povos indígenas, tratando-os como inferiores, "atrasados" ou "selvagens". O termo "silvícola", inclusive, foi amplamente empregado em documentos oficiais, como os do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), como uma categoria administrativa que invisibilizava as identidades étnicas específicas.

Essas expressões fazem parte de um projeto colonial de imposição da cultura europeia, apagando a diversidade, a história e os direitos dos povos originários. Reproduzir esses termos hoje é perpetuar visões racistas e desrespeitosas. **Elas devem ser evitadas na produção de conteúdos jornalísticos**, pois negam a complexidade histórica, social, cultural e territorial dos povos indígenas no Brasil.

Povos todos iguais: um apagamento da diversidade indígena

A referência a esse tópico está relacionada a uma visão limitada sobre grandes povos originários, ignorando a diversidade, troncos

linguísticos, cosmologias/cosmovisões e territórios. Essa perspectiva ignora a imensa diversidade de povos, línguas, cosmologias e territórios que compõem o país. Frequentemente, os não indígenas reduzem essa pluralidade ao tronco tupi-guarani, como se todos os povos pertencessem a esse grupo, desconsiderando centenas de outras etnias e tradições, como por exemplo os troncos pano, aruak, arawá, macro-jê, etc.

Atualmente, somos mais de 305 povos no Brasil, com presença marcada em todos os biomas, com diferentes processos históricos e culturais que devem ser respeitados. Afirmar a resistência e a presença singular de cada povo indígena é um passo fundamental para desconstruir essa visão homogeneizante. Reconhecer a nossa pluralidade é um ato de respeito, reparação e justiça histórica.

Os povos indígenas vivem somente na floresta

Quando a sociedade pensa sobre os territórios e/ou povos indígenas, existe um imaginário de que todos vivem em florestas densas e/ou bosqueadas como na Amazônia e na Mata Atlântica. Entretanto, os povos indígenas sempre ocuparam os biomas, que são diferentes de composição florestal. Por exemplo, o Cerrado é considerado uma savana, e mesmo assim sempre foi ocupado por grupos indígenas, como os Xavante. Da mesma forma, a Caatinga, com vegetação típica do semiárido, é território ancestral de povos que desenvolveram técnicas próprias de convivência com esse ambiente e fazem dele seu lar até hoje.

Para além desses contextos, o processo colonial mudou a configuração dos territórios, onde eram antes grandes aldeias e áreas de ocupação indígena, hoje são cidades. Esta

nova reconfiguração gerou processos de adaptação e reafirmação da identidade indígena inclusive nas cidades. Portanto reafirmamos: viver em contextos urbanos não nos faz menos indígenas – esses locais também são onde realizamos a nossa reprodução física e cultural. Em resumo, os povos vivem em diversos territórios, urbanos, de floresta, em comunidades rurais, em cidades, periferias e interiores. Estamos em todos os territórios.

A partir do contexto acima recomendamos que em coberturas jornalísticas, é fundamental **não associar povos indígenas exclusivamente a florestas densas ou a biomas específicos**, como a Amazônia ou a Mata Atlântica. Jornalistas devem reconhecer que os povos indígenas historicamente ocupam e ocupavam todos os biomas do Brasil, como o Cerrado, a Caatinga, o Pantanal, os Pampas e zonas costeiras, desenvolvendo modos de vida próprios em cada contexto ambiental.

Também é essencial evitar a ideia de que a presença indígena se limita a territórios rurais ou isolados. Muitos povos indígenas vivem hoje em contextos urbanos, em cidades, periferias e regiões metropolitanas, em processos contínuos de adaptação e reafirmação identitária. Viver na cidade não descharacteriza a identidade indígena nem rompe seus vínculos culturais, territoriais e coletivos.

Descobrimento

A expressão é comumente usada para se referir à chegada dos portugueses ao território hoje chamado Brasil. Trata-se, no entanto, de um termo ancorado em uma perspectiva eurocêntrica, segundo a qual a Europa seria o centro do “mundo desenvolvido”, protagonista da história, enquanto os demais

povos e suas culturas eram consideradas atrasadas e supostamente necessitadas de serem apresentadas à “civilização”.

Dizer que o Brasil foi “descoberto” implica negar a presença, a história, o protagonismo e a autonomia dos povos indígenas, que habitavam e organizavam esse território muito antes da chegada europeia. . Há evidências arqueológicas que indicam a presença dos povos originários no atual território brasileiro há pelo menos 12 mil anos, como demonstram registros encontrados em sítios arqueológicos do Parque Nacional da Serra da Capivara (PI) e da Lagoa Santa (MG). Esses achados refutam a narrativa de que os colonizadores europeus “descobriram” um território vazio ou desconhecido.

O uso do termo “descobrimento”, portanto, reproduz uma lógica colonial, invisibiliza os povos originários e reforça uma leitura hierarquizada da história. Formas mais adequadas e respeitosas que consideram a história milenar dos povos originários na ocupação no Brasil são:

- **invasão europeia ou invasão portuguesa**
- **início da colonização portuguesa**
- **processo de colonização do Brasil**
- **contato inicial entre povos indígenas e europeus**
- **chegada dos europeus às terras indígenas**

Essas formulações contribuem para uma narrativa histórica mais precisa, crítica e comprometida com o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos históricos.

“Isolado”

Os nossos parentes que vivem nas florestas sem contato com a sociedade envolvente não estão nesse isolamento por acaso. Em muitos casos, trata-se de uma escolha: esses povos podem até ter

vivenciado contatos anteriores, mas decidiram manter-se em seus territórios com autonomia e soberania.

É dever do Estado brasileiro garantir a proteção desses povos. Por isso, a Abrinjur recomenda que se evite o uso do termo “isolados”, adotando em seu lugar a expressão **“povos em isolamento voluntário”**, que reflete de forma mais precisa a realidade e a decisão desses parentes. Também utilizamos a expressão “povos autônomos”, pois esses grupos constituem sociedades próprias, com línguas, organizações sociais, cosmologias e formas de vida que devem ser respeitadas.

Reconhecemos que o termo “isolado” ainda é utilizado oficialmente, como no caso da Coordenação-Geral de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) da Funai. No entanto, reforçamos nossa recomendação pelo uso de “povos em isolamento voluntário”, por entendermos que esta é uma forma mais adequada e respeitosa de se referir a esses povos.

Extintos

Muitos povos indígenas, ao longo da história, foram considerados extintos - resultado da prática etnocida que buscava apagar nossos corpos e identidades para continuar o projeto colonial de invasão e usurpação dos nossos territórios. Porém, essas comunidades nunca se extinguíram, elas passaram por um processo de invisibilidade e silenciamento forçado, consequência das violências que sofreram ao longo da história. Foram declaradas extintas não porque deixaram de existir, mas porque foram empurradas à margem, negadas em sua existência. Hoje, muitos desses povos vivem processos de reafirmação identitária, emergindo em contextos de etnogênese, reconstruindo e fortalecendo suas práticas culturais e reivindicando os territórios ancestrais que lhes foram invadidos e tomados.

Esse apagamento histórico não foi uma escolha: foi uma imposição. Por isso, em coberturas jornalísticas e abordagens institucionais sobre contextos como esses, é **fundamental adotar uma perspectiva sensível e informada**, reconhecendo que as situações atuais são marcadas por um passado de violência, negações e resistências.

Estrangeiros no próprio território

É recorrente que nós, povos indígenas, sejamos tratados como estrangeiros em seu próprio território, por meio de discursos que negam sua ancestralidade, pertencimento e continuidade histórica no Brasil.

Essa lógica se expressa na naturalização da falsa ideia de que não existiriam mais povos indígenas no país, de Norte a Sul, ou de que esses povos estariam restritos a países vizinhos da América Latina. Indígenas brasileiros que apresentam fenótipos como cabelos lisos e pretos, olhos puxados e pele morena são frequentemente chamados de “bolivianos”, “peruanos” ou identificados como outros estrangeiros, em geral com carga pejorativa e racista. Esse enquadramento contribui para a negação da presença indígena no Brasil e reforça estigmas coloniais.

Em coberturas jornalísticas, é **fundamental reconhecer que os povos indígenas são originários deste território**, evitando enquadramentos, termos ou associações que os desloquem simbolicamente para fora de seu próprio país e que reforcem o apagamento histórico e territorial.

Povos e comunidades tradicionais não são o mesmo que povos indígenas

Todos os povos indígenas são povos e comunidades tradicionais, mas nem todos os povos e comunidades tradicionais são povos indígenas. Embora compartilhem traços em comum — como modos de vida próprios, relação ancestral com o território e organização sociocultural diferenciada — povos indígenas e comunidades tradicionais não são a mesma coisa e não devem ser confundidos.

Os povos indígenas são os habitantes originários das terras, antes da formação do Estado brasileiro. E, conforme o Governo Federal, Povos e Comunidades Tradicionais² são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Atualmente são 28 segmentos ou grupos reconhecidos enquanto tradicionais, entre eles quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, ciganos, pescadores artesanais e também sendo comunidades indígenas ou não.

Reconhecer essa diferença é muito importante para garantir os direitos de cada grupo, respeitar suas identidades coletivas e evitar silenciamentos e apagamentos históricos.

Em coberturas jornalísticas, é fundamental **não tratar povos indígenas e povos e comunidades tradicionais como categorias equivalentes ou intercambiáveis**. Jornalistas devem identificar corretamente cada grupo, respeitando suas autodenominações, identidades coletivas e especificidades históricas, culturais e territoriais.

Sempre que possível, **recomenda-se nomear o povo, comunidade ou segmento específico**, evitando generalizações que apaguem diferenças e comprometam a compreensão dos direitos envolvidos. A distinção conceitual entre povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais é essencial para uma cobertura

precisa, ética e responsável, que não reproduza confusões, silenciamentos ou apagamentos históricos.

“Programa de índio”

A expressão usada de maneira pejorativa para se referir ao modo de vida dos povos indígenas, que era nitidamente diferente da expectativa colonial e também católica que chegou em nossos territórios. No mundo não indígena a expressão é usada para se referir a alguma atividade nada atrativa, desorganizada, cansativa e sem graça. Nesse sentido, a expressão reforça estereótipos sobre nossas culturas e desrespeita o nosso modo de vida tradicional. **Recomendamos, portanto, não usar o termo em qualquer contexto.**

Tupiniquim (enquanto sinônimo de “brasileiro”)

A palavra “tupiniquim” tem sido utilizada no Brasil de forma genérica e pejorativa para designar algo considerado inferior, malfeito ou amador, como na expressão “versão tupiniquim” de algo estrangeiro, usada para se referir a uma suposta imitação barata ou de má qualidade.

No entanto, o termo tem origem no nome de um povo originário: os Tupinikim (com “k”), um dos primeiros a ter contato com os invasores europeus. Guerreiro e resistente, o povo Tupinikim vive até hoje, apesar das tentativas históricas de extermínio, assimilação forçada e escravização.

Associar o nome desse povo à ideia de atraso ou cópia malfeita, é não apenas um erro, mas uma forma de reproduzir o racismo e a lógica colonial que buscou apagar suas identidades e modos de vida. Respeitar os povos indígenas também passa por rever as

palavras que usamos no cotidiano. **Recomendamos não utilizar o termo nos contextos descritos acima.**

Cacique (uso inadequado do termo para referenciar líderes político-partidários)

O cacicado é uma forma de organização social de alguns povos indígenas, outros são formados por um conselho de lideranças. As organizações sociais indígenas em nada se assemelham com as organizações político-partidárias para que essas posições sejam tratadas com equivalência. Por isso, **a expressão cacique deve ser respeitada e evitada para associar-se a figuras político-partidárias**, pois somente é possível se tornar cacique aquele indígena que na sua comunidade carrega a confiança para gerir uma comunidade e/ou aldeia.

“Preguiçosos”: um estigma colonial

A herança colonial ainda presente na sociedade está profundamente impregnada nos atuais sistemas de trabalho. Com a chegada dos colonizadores, foi imposto um regime exploratório que escravizou inicialmente os povos indígenas, marcando o início do sistema de escravização no Brasil. No entanto, as nossas próprias formas de organização social e cultural de trabalho, não se encaixavam às longas jornadas exploratórias e exaustivas dos não indígenas. Ademais, a exposição às doenças, que dizimou um grande número da população indígena no país, diminuiu a “produtividade” exigida pelos regimes coloniais.

A diferente noção de bem viver e de tempo para a realização do trabalho entre povos indígenas e os colonizadores gerou um

estigma racista: a ideia de que “indígenas são preguiçosos”. Apesar de muitas vezes esse estereótipo aparecer de forma cômica, ele perpetua uma violência simbólica, desrespeita os modos de vida indígenas e reforça uma lógica colonial que nega outras formas de existência. Portanto, no contexto descrito acima, **o termo deve ser evitado sob qualquer circunstância.**

Não somos “brasileiros antigos”

A expressão “brasileiros antigos” - assim como “primeiros brasileiros” - é inadequada para se referir aos povos indígenas. Seu uso parte de uma lógica que nacionaliza identidades indígenas, vinculando-as a um Estado-nação criado há séculos depois da presença indígena neste território.

Os povos indígenas habitam este continente há milhares de anos, com histórias, línguas, sistemas de conhecimento e formas próprias de organização social que antecedem em muito a formação do Brasil enquanto país. Classificá-los como “brasileiros antigos” ignora essa diversidade e reduz povos vivos e contemporâneos a vestígios do passado, apagando sua condição de sujeitos históricos no presente e no futuro.

Além disso, a expressão associa os povos indígenas a uma narrativa nacional construída a partir de processos de colonização, violência e genocídio, como se fossem apenas uma origem simbólica da nação, e não povos com direitos, territórios e projetos próprios.

Em coberturas jornalísticas e abordagens institucionais, recomenda-se **evitar expressões que fossilizem os povos indígenas**. Deve-se reconhecê-los como povos originários, contemporâneos e diversos, com identidades próprias e com presença ativa na sociedade brasileira atual.

Civilizado x não civilizado

De acordo com o dicionário Oxford Languages: diz-se de ou indivíduo bem-educado, cortês, civil, urbano. Tendo estas palavras como referência, podemos concluir que nós, povos indígenas, para sermos chamados de civilizados devemos seguir normas de outras culturas e entender o processo civilizatório (enquanto apenas para indivíduo em contexto urbano) é uma paralisação temporal. A grande maioria das nossas comunidades ainda se encontram em contexto rural, o que não torna esses povos selvagens ou incivilizados, são povos com culturas distintas e próprias que não precisam seguir normas sociais impostas por uma sociedade excludente e que inferioriza nossas culturas e nossos povos.

É importante salientar a existência de indígenas em contexto urbano, como já citado neste manual, contudo, isso não os torna menos indígenas por (re)existirem neste contexto ou mais civilizados por terem criado costumes diferentes dos que teriam vivendo em suas comunidades. Não deixamos de ser indígena por estar longe da nossa comunidade. Portanto, **recomendamos:**

No caso de diferenciação de contexto de vida:

- Indígena em contexto urbano ou indígena que vive na cidade ou no território indígena.

No caso se a intenção é falar sobre o contato com a sociedade envolvente:

- Povos indígenas com diferentes níveis de contato; povos indígenas em contextos de maior ou menor interação com a sociedade não indígena

No caso de tratar de processo histórico:

- Povos indígenas submetidos a processos de colonização, catequização ou assimilação forçada;
- Povos indígenas afetados por políticas de integração e assimilacionismo;

No caso de abordar modos de vida e organização social:

- Povos indígenas com organização social, cultural e territorial própria; povos indígenas com modos de vida próprios; povos indígenas com sistemas próprios de conhecimentos.

Culturas atrasadas

A ideia de que culturas indígenas são “atrasadas” é um mito colonial pautado no racismo e no etnocentrismo. Por não seguir o modelo ocidental-capitalista as culturas indígenas foram desvalorizadas e consideradas atrasadas e primitivas. Porém nossas formas de enxergar o mundo e o trato com o território não nos inferioriza e sim mostra que existem outros modelos de sociedade possíveis, baseados na coletividade, no equilíbrio com a natureza e no bem viver. Chamar de “atraso” o que não se encaixa na lógica do lucro e da destruição é uma forma de silenciar a sabedoria ancestral dos povos indígenas.

Portanto, **sugerimos a leitura das recomendações do verbete anterior.**

Agressivos e violentos

Desde o início da colonização, os indígenas foram colocados em uma posição animalizada, retratados como seres perigosos e selvagens, sendo isso uma justificativa para sua escravização, extermínio, ou doutrinação forçada. Em oposição ao “bom selvagem”, que seria aquele que, por estratégia de sobrevivência, “aceitou” as condições impostas pelos invasores e missionários.

Essa dualidade entre o indígena “manso” e o “violento” sempre foi usada para definir quem deveria ser “integrado” e quem poderia ser eliminado. Essa lógica colonial persiste hoje em discursos

mediáticos e políticos, reforçando a criminalização das lideranças indígenas que defendem seus territórios. A ideia de “indígenas violentos” segue sendo instrumentalizada em um modelo contemporâneo de neocolonização, que tenta silenciar a resistência legítima dos povos originários. No entanto, a resistência indígena não é violenta - é defesa pela vida. A agressividade e a violência estão na continuidade do projeto colonial que insiste em deslegitimar os povos indígenas e as suas lutas. Diante disso, **recomendamos que a redação jornalística trate os povos indígenas como sujeitos de direitos, com autonomia e protagonismo**, evitando enquadramentos que associem automaticamente a identidade indígena à violência ou à barbárie. A apuração dos fatos deve seguir critérios éticos, garantindo tratamento equitativo a todos os atores envolvidos na notícia. É igualmente fundamental respeitar as especificidades culturais e territoriais, bem como identificar corretamente os nomes dos povos, das pessoas e dos territórios, contribuindo para uma cobertura precisa, responsável e livre de estereótipos.

Nativos? Prefira povos originários

“Nativo” pode ser aplicado a qualquer pessoa natural de alguma localidade, portanto evitamos utilizá-la para se referir aos povos originários porque não reconhece a condição de povos originários, com história, línguas, culturas e direitos específicos.

Por isso, ao se referirem aos nossos povos, **é fundamental usar termos como “povos indígenas”, “povos originários” ou, quando possível, o nome de cada povo**. A linguagem importa — e reconhecer os povos por sua identidade é parte do respeito, da justiça e da reparação histórica.

Índio Raiz / Índio Nutella / Índio da Shopee / Índio de Iphone

As quatro expressões são formas de racismo disfarçadas de piadas, que deslegitimam a pluralidade da existência indígena nos dias atuais.

O “índio raiz”, além do uso racista do termo “índio”, a palavra “raiz” se refere ao indígena que vive na aldeia, que pesca, que caça, trabalha na roça, usa arco e flecha e falam sua língua. No entanto, isso ignora que nem todos os povos partilham das mesmas realidades e que a cultura indígena é dinâmica e diversa.

Já “índio Nutella”, “índio da Shopee”, “índio de Iphone”, são expressões pejorativas para deslegitimar indígenas que vivem em contextos urbanos, usam tecnologias como smartphones, estudam nas universidades, falam português e etc. Ou seja, eles não seguem o imaginário padrão do que seria um “índio raiz”. Inclusive, indígenas que vivem em aldeias, não performam como o estereótipo do “selvagem”, e também são atingidos por essas falas.

Repetir essas expressões mantém o racismo estrutural e apaga as identidades contemporâneas. Portanto, **é muito importante excluir e combater o uso dessas expressões em coberturas jornalísticas** – isso ajuda a combater o preconceito e contribui para a valorização das múltiplas formas do que é ser indígena hoje em dia, seja no campo, nas cidades, na floresta, nas universidades e no mundo online.

Aculturado

O termo “aculturado” costuma ser utilizado de forma equivocada para se referir a indígenas que não se enquadram nos estereótipos construídos pela sociedade não indígena. Quando uma pessoa indígena vive na cidade, utiliza tecnologias, cursa uma universidade ou ocupa espaços considerados “urbanos”, é comum

ouvirmos que ela estaria “aculturada” — como se isso significasse ter perdido sua cultura.

Essa visão parte de uma ideia ultrapassada e colonial de que a cultura indígena é algo estático, preso ao passado, e que só seria “legítima” se fosse distante da modernidade. No entanto, as culturas indígenas são vivas, dinâmicas e em constante transformação. Adaptar-se a diferentes contextos não significa abrir mão da identidade indígena.

Como disse o líder Marcos Terena, “posso ser quem você é, sem deixar de ser quem eu sou”. Essa frase traduz a potência da afirmação indígena: podemos ocupar todos os espaços, dialogar com outras culturas, acessar conhecimentos diversos e, ainda assim, seguir sendo plenamente indígenas — com nossas línguas, saberes, espiritualidades e modos próprios de existir.

Por isso, é importante **abandonar o uso do termo “aculturado”** quando nos referimos a indígenas que transitam por diferentes mundos. O pertencimento a um povo e a uma cultura não é anulado pela presença em espaços urbanos ou pela apropriação de tecnologias. Muito pelo contrário: reafirma-se na diversidade e na resistência. Sugerimos ainda, ler as recomendações do verbete “índio civilizado x índio não civilizado”.

“Cara de índio”

A história do fotojornalismo no Brasil cunhou de forma exploratória, a imagem de como seria um verdadeiro “índio brasileiro”. Com expedições organizadas em territórios do Alto Xingú, do Mato Grosso e de Rondônia, nas décadas de 1950-60, essas expedições circularam na imprensa nacional e internacional tratando os povos de forma exotizada, idealizando a partir daquelas representações do que seria o verdadeiro “índio brasileiro”. Consequentemente

surgiu a expressão “cara de índio”, por se imaginar que os povos indígenas têm um fenótipo, uma aparência única, retratados naquelas imagens. Na prática, isso apagou a diversidade dos mais de 300 povos indígenas existentes no Brasil, com suas distintas histórias, línguas, territórios e características físicas. Também sustentou uma narrativa política de invisibilização dos indígenas em outras regiões do país, especialmente os que vivem em contextos urbanos, reafirmação identitária e/ou em territórios invisibilizados.

Dizer que alguém “não tem cara de índio” é deslegitimar sua identidade com base em uma expectativa colonial. Não existe uma única forma de ser ou parecer indígena — e combater esse estereótipo é rechaçar o racismo, e valorizar a diversidade dos povos originários. A identidade indígena não é baseada em questões fenotípicas, e sim em pertencimento étnico. Portanto, indígena é aquele que tem um povo (com história, cultura e/ou língua) e é reconhecido por ele. Recomenda-se, portanto, que jornalistas, fotojornalistas, realizadores audiovisuais e cineastas — sempre com as devidas autorizações — **retratam os povos indígenas a partir de sua diversidade real**, respeitando diferentes contextos, estéticas, modos de vestir, usos ou não de indumentárias e expressões culturais. É fundamental evitar enquadramentos estereotipados e generalizantes, abrindo espaço para narrativas visuais que reconheçam e valorizem a pluralidade de belezas, traços, cores e identidades dos povos indígenas, contribuindo para uma representação ética, precisa e antirracista.

“Beleza selvagem”, “exótico (a)”, “beleza exótica”: elogios racistas disfarçados

Pode parecer elogio, mas as expressões “beleza selvagem”, “beleza exótica” e “exótico (a)”, trazem consigo uma forte carga ra-

cista e colonial. Elas são parte de uma lógica eurocêntrica que, historicamente, reduziu os povos indígenas e outros grupos racializados no mundo, a estereótipos a partir dos padrões ocidentais de estética e civilidade.

O termo “exótico” foi historicamente usado para rotular aparências, adornos e modos de vida indígenas como estranhos, incomuns ou fora do padrão. Mas essa ideia de “normalidade” foi construída com base em uma visão etnocêntrica europeia, que determinava o que era belo, aceitável e civilizado. Tudo o que fugia desses parâmetros era rotulado como “exótico”, ou seja, algo distante, estranho, que não pertence a este mundo. Essa classificação não apenas objetificava os povos indígenas, mas também os mantinha à distância, como algo a ser observado, fetichizado, mas não verdadeiramente compreendido e/ou respeitado. Seus corpos, vestimentas, pinturas e adornos tornaram-se marcadores de diferença, transformados em espetáculo e usados para reforçar a ideia de inferioridade.

Já a expressão **“beleza selvagem”** segue a mesma lógica. Em vez de reconhecer a beleza dos traços, corpos e culturas indígenas em sua própria legitimidade, cria-se uma subcategoria racializada da beleza, em que características como o tom de pele, os cabelos, os adornos e a força corporal só são valorizadas se forem enquadradas como algo “bruto”, “animalizado” ou “primitivo”. Nesse sentido, a palavra **“selvagem”** não é neutra, ela tem o peso da desumanização que animaliza os corpos e reforça o mito do indígena como ser irracional, instintivo e distante da delicadeza, da razão e da sofisticação — atributos tradicionalmente associados à branquitude.

Essas expressões, mesmo quando utilizadas com suposta “boa intenção”, **não reconhecem a diversidade nem a humanidade dos povos indígenas e, por isso, devem ser evitadas.** A linguagem não é neutra: palavras carregam histórias, produzem sentidos e re-

produzem visões de mundo. Falar sobre os povos indígenas exige romper com os estigmas coloniais, adotar uma abordagem respeitosa e reconhecer suas identidades, presenças e suas autonomias.

“Bolsa Funai”: um estereótipo disfarçado de piada

A expressão “bolsa Funai” tem sido usada de forma pejorativa para sugerir que os povos indígenas vivem sob uma suposta tutela da Funai, desfrutando de uma vida fácil, sem trabalho e cheia de regalias. Trata-se de uma narrativa distorcida e racista que ignora a realidade enfrentada pelas comunidades indígenas e reforça estereótipos coloniais.

Mesmo quando usada em tom de piada — inclusive por influenciadores indígenas que se apropriam da expressão de forma crítica e satírica —, é importante ter clareza sobre seu conteúdo ofensivo. Reproduzir esse tipo de “humor” sem contexto, apenas contribui para reforçar ideias equivocadas, como a de que os povos indígenas são preguiçosos, dependentes e vivem às custas do Estado.

Essa caricatura ignora a diversidade e o comprometimento cotidiano dos povos indígenas por seus direitos, territórios, modos de vida e dignidade. Muito longe de uma “vida mansa”, o que se vê são realidades marcadas por violações, falta de políticas públicas adequadas e resistência ativa frente às desigualdades históricas.

Portanto, **a expressão “bolsa Funai” deve ser evitada em qualquer tipo de conteúdo jornalístico.** Além de não corresponder a nenhum programa oficial, o termo reforça estereótipos racistas ao sugerir que povos indígenas vivem de benefícios indevidos ou sob tutela permanente do Estado. Jornalistas devem adotar uma linguagem precisa, informada e responsável ao tratar de políticas públicas e direitos indígenas.

Tabajara (uso do nome de povos para informar algo ruim)

Na década de 80, surge o programa humorístico “Casseta e Planeta”, da Rede Globo, e em uma das suas esquetes, havia as “Organizações Tabajara”, uma empresa fictícia de produtos e serviços de má qualidade, absurdos e ineficientes.

No entanto, no Brasil há um povo indígena chamado Tabajara, que vive no Nordeste brasileiro, com cultura forte e viva. O uso relegou o nome Tabajara a coisas ruins, falsas e instrumentalizou de forma caricata o nome do povo indígena. Desde então seu nome vem sendo atrelado como sinônimo de algo ruim, falso ou de baixa qualidade.

O uso do nome de povos indígenas como metáfora para algo ruim, falso ou inferior reforça estereótipos racistas, promove o apagamento simbólico e naturaliza a desumanização desses povos. Ao transformar identidades coletivas em adjetivos pejorativos, esse tipo de linguagem contribui para a manutenção de uma lógica colonial que inferioriza culturas indígenas e as reduz a caricaturas.

Em coberturas jornalísticas, textos opinativos e produções culturais, recomenda-se **evitar o uso de nomes de povos indígenas para desqualificar produtos, serviços, ideias ou ações**. A linguagem deve reconhecer que esses nomes se referem a povos vivos, com histórias próprias e direitos, e não podem ser instrumentalizados como sinônimo de erro, fraude ou baixa qualidade.

“Minha avó índia foi pega no laço” ou “minha avó foi pega a dente de cachorro”

A frase “minha avó índia foi pega no laço” ou no “dente de cachorro” é geralmente utilizada como uma forma de reconhecer uma suposta ancestralidade indígena, mas carrega em si um conteúdo violento e racista, mesmo quando dita sem perceber, remetendo a afetos ou nostalgia. Saiba porque seus usos devem ser evitados.

Em primeiro lugar, a expressão naturaliza a violência histórica cometida contra mulheres indígenas. A imagem de uma mulher sendo “laçada”, ou com cachorros a caçando, remete a situações de violência física e psicológica extremas, como sequestros, estupros e casamentos forçados ocorridos durante a colonização e a interiorização do Brasil. Transformar esse tipo de violência em narrativa romântica é uma forma de silenciamento e banalização da dor dessas mulheres.

Além disso, a frase reproduz o apagamento da identidade indígena. Muitas vezes, ela é dita como curiosidade familiar, sem que haja qualquer vínculo com o povo de origem ou reconhecimento das lutas indígenas atuais. Em vez de afirmar uma identidade viva, a expressão acaba reforçando a ideia de que os indígenas pertencem apenas ao passado, da época em que as mulheres eram caçadas e laçadas literalmente.

Outro problema grave é que essa narrativa retrata as mulheres indígenas como objetos de posse, reforçando visões coloniais e machistas. Ao dizer que uma mulher foi “pega no laço” ou no “dente de cachorro”, sua humanidade e autonomia são negadas — ela é colocada na posição de alguém que deve ser domada, capturada e domesticada.

Por fim, expressões como essas romantizam a colonização, encobrindo os conflitos, violências e traumas vividos pelos povos

indígenas, especialmente pelas mulheres. Ao fazer isso, contribuem para a manutenção de estereótipos e para a invisibilidade dos impactos do colonialismo até os dias de hoje.

Dessa forma, **recomendamos que:**

- Se reconheça que pertencimento indígena se dá por vínculo com um povo específico, com história, território e conhecimento comunitário;
- Se trate de violências históricas contra mulheres indígenas com linguagem precisa, crítica e não romantizada, quando forem relevantes à pauta;
- Se contextualize o colonialismo como um processo marcado por violência de gênero, raça e território, cujos impactos persistem até hoje;
- Se adote uma cobertura ética e informada, que não transforme trauma em narrativa folclórica, nem substitua identidade por relatos familiares descontextualizados.

1. Com o primeiro concurso público nacional unificado realizado em 2024, a Funai passou a incluir pessoas indígenas no seu quadro de servidores efetivos com o cargo de especialista em indigenismo, o que tem gerado uma mudança de perspectiva no indigenismo oficial, na medida em que os próprios indígenas passam a ser considerados também indigenistas.

2. Para saber mais: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais>



Ilustração: Braba Tremembé



Hoje, a nossa comunicação indígena é um dos principais instrumentos na defesa dos nossos direitos, na valorização das nossas culturas e na defesa do nosso movimento social.

Seguimos comunicando, organizando e resistindo, com a certeza de que o jornalismo e a comunicação indígena são frutos diretos das nossas conquistas históricas, construídas coletivamente por nós, povos indígenas, ao longo de décadas de luta.

Seguimos
na luta

Referências

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do Século XVIII**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

AURORA, Brulina. **Indígenas mulheres: corpo território em movimento**. 2022. 102 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/> . Acesso em: 7 set. 2025.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: características gerais dos povos indígenas: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf . Acesso em: 10 ago. 2025.

KAINGÁNG, S. **O indígena e a recepção: um outro lugar na informação noticiosa**: The indigenous and the reception: another place in news information. Latin American Journal of Development, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 1183–1197, 2022.

KRENAK, Ailton; CAMPOS, Yussef. **Lugares de origem**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA (MMA). **Povos e comunidades tradicionais**. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 7 set. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**, 2007. Disponível em: https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

NÚÑEZ, G. **Da cor da terra: etnocídio e resistência indígena**. Revista Teoria & Cultura, Rio de Janeiro, edição especial, p. 65-73, 2021.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: identidade, etnicidade e política indigenista**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais**. Adotada em Genebra em 27 de junho de 1989, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, e promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 abr. 2004.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Edson. **Povos indígenas no Nordeste: uma contribuição à reflexão histórica sobre os processos de resistência, afirmação e emergência étnica**. In: ANPUH. XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. **O Estado e a questão indígena: o Serviço de Proteção aos Índios e a sua atuação no Norte do Brasil (1910-1945)**. Brasília: Paralelo 15; Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 1995.

Apêndice

1808

1º **jornal** impresso no Brasil Gazeta do Rio de Janeiro.

1888

É o registro mais antigo de imagens em movimento que chegou até nós, mas era só imagem, sem som. A virada da **produção audiovisual** muda para a sonora acontece em 1927.

1922

1ª transmissão de **rádio**, durante o celebrações do Centenário da Independência do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

1970

É nessa década que inicia-se as movimentações indígenas em torno de uma unidade coletiva para defesa de direitos no Brasil. Nesse período constrói-se alianças com movimentos sociais e organizações da sociedade civil para as primeiras grandes assembleias indígenas nacionais, reunindo diferentes povos de todo Brasil para articular denúncias contra invasões de terras e políticas do governo militar. É em 1974, por exemplo, que acontece a primeira Assembleia de Tuxauas, que aconteceu em Diamantino (MT).

1983

O mandato de Mário Juruna, primeiro deputado indígena brasileiro, do povo Xavante, dura até 1984 e representa um dos primeiros comunicadores indígenas da contemporaneidade, na medida que usava, nos espaços de participação de decisão, um gravador de fita cassete para registrar falas e promessas feitas aos povos indígenas que raramente eram cumpridas — e quase nunca registradas

por escrito. O uso do aparelho tornou-se um símbolo de resistência indígena e de denúncia do Estado.

1985

O programa "Programa de Índio", transmitido pela Rádio USP, foi uma iniciativa de personalidades e intelectuais que iniciou em 1985 e foi realizado pela ONG Núcleo de Cultura Indígena. Nomes de referência que figuram neste programa foram: Álvaro Tukano, Ailton Krenak e Biraci Yawanawá.

1986

Criado em 1986, Vídeo nas Aldeias (VNA) é um projeto precursor na área de produção audiovisual indígena no Brasil. Seu objetivo foi, desde o início, apoiar povos indígenas em suas memórias coletivas, identidades – patrimônios territoriais e culturais –, por meio de recursos audiovisuais e de uma produção compartilhada.

1988

Constituição Cidadã de 1988, que enterra do ordenamento jurídico brasileiro a tutela indígena e garante dois artigos (Art. 231; 232) que reforçam nossa autonomia, autodeterminação e reconhecimento das nossas organizações próprias, bem como direitos territoriais.

1989

Criação do Jornal do Grumin, periódico pertencente ao Grupo Mulher – Educação Indígena, este fundado em 1976 por Eliane Potiguara em meio à oposição à ditadura militar, como um coletivo de mulheres indígenas para defender seus direitos, focar na educação e saúde reprodutiva. Para ver mais documentos, acesse a edição nº 02 ou a edição nº 04.

Também em 1989, foi instituída a Convenção nº 169 da OIT, um tratado internacional da Organização Internacional do Trabalho que assegura direitos aos povos indígenas e comunidades tradicionais, reconhecendo suas formas próprias de organização social,

identidades culturais e relação com seus territórios. Adotada em 1989, em Genebra, a Convenção superou normas anteriores com visão assimilacionista e introduziu princípios como a autoidentificação e a consulta prévia, livre e informada. O Brasil ratificou o tratado em 2002, com vigência nacional a partir de 2003.

1990

Iniciadas na década de 80 e impulsionadas na década de 90, muitas organizações indígenas foram criadas no Brasil, a exemplo da Aty Guasu (1983); da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – Coiab (1989); da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – Apoinme (1990); Associação dos Professores Bilíngues Kaingáng e Guarani – APBKG (1991); e do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil – Capoib (1992), que depois se tornaria a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib (2004). A década se tornou um período importante de consolidação dos direitos dos povos indígenas para definição das suas formas próprias de organização social, como ficou ratificado na Constituição de 1988 e na Convenção 169 da OIT.

1995

O acesso comercial à **internet** foi oficializado no Brasil, com a grande explosão do uso acontecendo nos anos seguintes, sobretudo com a virada do século.

1998

Registro de primeira indígena em curso de comunicação social, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em Campina Grande. Andreza Baré, aos 17 anos de idade, é considerada a primeira acadêmica de jornalismo.

2001

A Carta de São Luís do Maranhão é um documento que reúne as reivindicações de pajés e líderes de diferentes povos indígenas do Brasil no combate a biopirataria. Trata-se de um marco histórico do movimento indígena que descreve as sugestões dos pajés para a elaboração de um tratado que evite a apropriação indébita dos recursos naturais e dos conhecimentos tradicionais sobre a biodiversidade, propondo a regulamentação dos princípios básicos da proteção e do uso dos recursos naturais, bem como a forma de dividir os benefícios entre o Brasil, as multinacionais e os povos indígenas. A carta foi enviada para a Organização Mundial da Propriedade Intelectual – Ompi, em Genebra, na Suíça, para discussão e elaboração do tratado. Em 2024 foi aprovado o Tratado da OMPI sobre Propriedade Intelectual, recursos genéticos e conhecimento tradicional associado.

2004

O “Índios Online” é um portal de diálogo intercultural e uma rede de comunicação indígena, considerada uma das iniciativas pioneiras de apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) por povos indígenas no Brasil. A rede reúne povos indígenas de diferentes regiões do país, entre eles os Kiriri, Tupinambá, Pataxó Hãhãhãe e Tumbalalá, da Bahia; os Xucuru-Kariri e Kariri-Xocó, de Alagoas; os Pankararu, de Pernambuco. O projeto foi desenvolvido pela organização não governamental Thydêwá, com sede em Salvador (BA).

2004

O Acampamento Terra Livre (ATL) é a maior assembleia e mobilização nacional dos povos e organizações indígenas do Brasil. Realizado desde 2004, ocorre, em regra, no mês de abril, em Brasília (DF), podendo acontecer excepcionalmente em outros meses ou loca-

lidades, conforme a conjuntura política e as deliberações do movimento indígena. O ATL teve origem em uma ocupação de povos indígenas em frente ao Ministério da Justiça, à qual se somaram lideranças e organizações de diversas regiões do país. A mobilização marcou um momento decisivo do movimento indígena contemporâneo, consolidando um espaço permanente de diálogo nacional e resultando, em 2005, na criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Com o nascimento do ATL e, posteriormente, a Apib, começam a surgir os primeiros coletivos de comunicação, articulados a partir de um reclame nacional por representação adequada, justa e coerente à realidade e vida dos povos indígenas do Brasil.

2005

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) é a principal instância nacional do movimento indígena no país. Criada com o objetivo de unificar demandas e fortalecer organizações regionais, a Apib atua na defesa dos direitos territoriais, culturais e dos modos de vida dos povos indígenas. Sua estrutura organizacional é composta por organizações regionais representativas de todas as regiões do Brasil, entre elas a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme), a Arpinsudeste, a ArpinSul, o Conselho do Povo Guarani (CGY), a Aty Guasu (Guarani Kaiowá) e o Conselho Terena. A Apib atua em âmbito nacional e internacional como instância de representação política dos povos indígenas brasileiros.

2005

É aprovado o 1º Ponto de Cultura em uma Terra Indígena do Brasil no cenário da Política Cultura Viva de 2004, o Ponto de Cultura Kanhgág Jãre, em Serrinha, povo Kaingang (RS), gerenciado por uma organização indígena, o Instituto Kaingáng – Inka, fundado em 2002. Tor-

na-se em 2024 o 1º Pontão de Cultura no país, proposto e aprovado por uma organização indígena, o Inka, no cenário da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura e Política Nacional de Cultura Viva.

2012

A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), instituída em 2012, estabelece a reserva de 50% das vagas nas universidades e institutos federais para estudantes oriundos da escola pública, com recortes raciais — pretos, pardos e indígenas — e para pessoas com deficiência. No caso indígena, a lei consolidou, em âmbito nacional, políticas de acesso ao ensino superior que vinham sendo desenvolvidas desde as décadas de 1990 e 2000, por meio de iniciativas do órgão indigenista federal e de experiências específicas em universidades públicas, comunitárias e confessionais¹.

2013

A Rádio Yandê é a primeira webrádio indígena do Brasil, fundada em 2013 a partir da experiência da Rádio Web Brasil Indígena (RWBI), projeto iniciado em 2007. A trajetória da RWBI, voltada inicialmente à produção jornalística, foi determinante para a consolidação da iniciativa. Criada por Anápuáka Tupinambá, Denilson Baniwa e Renata Tupinambá, a Rádio Yandê se firmou como um marco da etnomídia indígena no país, destacando-se como uma experiência pioneira de comunicação indígena contemporânea².

2015

Criação da Mídia Guajajara, que depois de tornaria a Mídia Índia e, atualmente, é reconhecida como Mídia Indígena. A data marca a criação de um coletivo de comunicação indígena idealizado em 2015 por Erisvan Guajajara, no Maranhão. A iniciativa surgiu no contexto da formação de jovens comunicadores indígenas e se consolidou nacionalmente a partir de 2017, durante o Acam-

pamento Terra Livre (ATL), ampliando sua atuação para diferentes povos e territórios do Brasil³.

2018

Registro do primeiro indígena mestre em comunicação, Elvio Pankararu, com título recebido pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

2020

A chegada da pandemia da Covid-19 ao Brasil representou um marco histórico para os povos indígenas, profundamente afetados pela crise sanitária. Ao mesmo tempo, o período impulsionou o estabelecimento e a ampliação de redes de comunicação indígena, criadas para divulgar informações a partir dos territórios e enfrentar a desinformação e as representações inadequadas veiculadas pela mídia tradicional. Embora 2020 tenha concentrado a expansão dessas iniciativas, o processo já estava em curso em anos anteriores, com a criação da Rede Wayuri, em 2017. Durante a pandemia, surgiram ou se consolidaram experiências como a Rede Wakywai e a Rede de Jovens Comunicadores da Coiab, ambas em 2020, além de diversas outras articulações, especialmente na Amazônia, que passaram a influenciar e inspirar iniciativas de comunicação indígena em outras regiões do país.

Também em 2020, a CNN Brasil anunciou a contratação da jornalista Luciene Kaxinawá, natural de Rondônia e integrante do povo Huni Kuin, como sua correspondente na região da Amazônia, marcando sua entrada como a primeira repórter indígena na equipe da emissora. Luciene iniciou sua carreira no jornalismo em 2014, atuando em canais temáticos e na Rede Amazônica, afiliada da Globo no Norte do país, e foi destacada por suas reportagens sobre conflitos fronteiriços e questões indígenas antes de integrar a CNN Brasil.

2021

A Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga) é uma organização nacional que reúne mulheres indígenas de todos os biomas do Brasil — Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal — com o objetivo de conectar pautas políticas e sociais em defesa dos direitos indígenas, dos territórios e das vidas das mulheres indígenas. A Anmiga foi formalmente constituída em 8 de março de 2021, no Dia Internacional das Mulheres, a partir de mobilizações e marchas que consolidaram a necessidade de uma instância política específica para as mulheres indígenas no Brasil.

2022

Nasce a Articulação Brasileira dos Indígenas Jornalistas (Abrinjor), criada em 8 de dezembro de 2022 por Ariene Susui e Ykaruni Nawa, inicialmente como um grupo de WhatsApp chamado “Indígenas Jornalistas” e que foi o protótipo inicial do nascimento do que viria a ser a Abrinjor. A articulação nasceu com propósito político de incidir no campo do jornalismo e da comunicação no país, mas também para ser uma rede de conexão étnica e profissional para trajetórias coletivas.

Nesse mesmo ano nasce a Rede Katahirine – Rede Audiovisual das Mulheres Indígenas, uma coletividade de cineastas indígenas do Brasil, criada em setembro de 2022 a partir de um encontro de mulheres de diferentes etnias em Rio Branco (Acre). A iniciativa surgiu no contexto de ampliação da produção audiovisual indígena e foi idealizada com o respaldo do Instituto Catitu, organização que há anos realiza oficinas e formações em audiovisual junto a povos originários, com o objetivo de mapear e visibilizar o trabalho de mulheres indígenas no cinema e na produção audiovisual. A palavra Katahirine significa “constelação” na língua do povo Manchineri, simbolizando a diversidade e a conexão entre as participantes.

2023

O Ministério dos Povos Indígenas é um órgão da administração pública federal criado em 2023, no início do terceiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sua criação representou um marco histórico na política indigenista brasileira, ao instituir, pela primeira vez, um ministério específico voltado à formulação, coordenação e articulação de políticas públicas para os povos indígenas no âmbito do Estado brasileiro.

2025

Foi realizado o 1º Encontro de Indígenas Jornalistas do Brasil – Poranga Marandúa, organizado pela Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas (Abrinjor), em Brasília, entre os dias 27 de abril e 1º de maio de 2025, com a participação de 28 comunicadores indígenas. O encontro representou um marco para a consolidação da articulação de jornalistas indígenas. No mesmo ano, ocorreu o 1º Encontro Nacional de Comunicação Indígena, organizado pela Mídia Indígena, em Belém (PA). A atividade antecedeu a COP30 e teve como objetivo preparar e compor a comunicação indígena para a cobertura da maior participação indígena já registrada em uma Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Ainda em 2025, Daniel Farias, do povo Fulni-ô, tornou-se o primeiro indígena a obter o título de doutor em Comunicação no Brasil. A titulação foi concedida pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, representando um marco histórico para a presença indígena na pesquisa e na produção acadêmica em comunicação.

1. Antes da promulgação da Lei nº 12.711/2012, políticas afirmativas voltadas especificamente a estudantes indígenas já vinham sendo implementadas pela então Fundação Nacional do Índio (Funai), em parceria com instituições como a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), por meio de bolsas parciais e auxílios à permanência. Entre 2001 e 2002, foi criada a primeira Licenciatura Intercultural Indígena na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), posteriormente estendida à Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A partir de 2003, surgiram também os primeiros vestibulares indígenas, inicialmente em universidades estaduais do Paraná e, em seguida, na Universidade de Brasília (UnB).

2. Além da Rádio Yandê, outras iniciativas passaram a desempenhar papel relevante no fortalecimento da comunicação indígena no Brasil, como a Rádio Web Cunha, criada em 2016 e conduzida por mulheres indígenas; a Rádio Câmara “Kunanã”, instituída em 2020 como uma rede de rádio comunitária em implantação na Terra Indígena Juminã/Oiapoque, no estado do Amapá, voltada ao atendimento das comunida-

des locais, incluindo a aldeia Kunanã; e a Rádio A'Uma, criada em 2021, reconhecida como a voz sagrada do povo Magüta (Tikuna), atuando como instrumento de comunicação comunitária e de fortalecimento cultural.

3. A Mídia Indígena foi idealizada por Erisvan Guajajara, jornalista formado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), inicialmente voltada ao povo Guajajara e impulsionada pela Mídia Ninja. Sua ampliação ocorreu de forma coletiva, especialmente a partir da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista (CNPI), em 2015, espaço central de debate sobre a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas à luz da Constituição Federal de 1988. Inserida no projeto Coisa de Índio, a iniciativa foi oficialmente lançada no Acampamento Terra Livre, em abril de 2017. O coletivo contou com o apoio da Mídia Ninja e com processos formativos conduzidos pela jornalista Marielle Ramires, referência no jornalismo independente e aliada das lutas indígenas.

ãbia

ãbia: *falar* • povo Nawa

hoki
tyokoni katü

hoki tyokoni katü: *falar* • povo Kanamari

nenyen

nenyen: *falar* • povo Otxukayana/Tairiú

hatxa

hatxa: *falar* • povo Huni Kuin

suktux

suktux: *falar* • povo Pataxó Hã-Hã-Hãe

ke ja nĩ

ke ja nĩ: *comunicar* • povo Kaingang

kabén

kabén: *noticiar* • povo Lakãñõ/Xokleng

mé

mé: *falar* • povo Kariri

uküse

uküse: *falar* • povo Tukano

ze'eg imume'u har

ze'eg imume'u har: *aquele que comunica* • povo Guajajara

Copyright Abrinjor, 2025
Todos os direitos reservados

Planejamento gráfico

Coordenação-Geral da Abrinjor

Design gráfico e diagramação

Flora Milanez

Revisão editorial

Andreza Baré

Coral Kariri

Jamille Mura

Luan De Castro Tremembé

Sônia Kaingang

Yael Ber

Ykaruni Nawa

Fechamento

Gabriela Degen e Marcos Zolezi | Ab Aeterno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Poranga marandúa : manual de redação do jornalismo indígena / organização Abrinjor - Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas. -- 1. ed. -- Ronda Alta - Terra Indígena Serrinha, RS : Editora Instituto Kaingáng - INKA, 2026.

Bibliografia
ISBN 978-65-991735-9-2

1. Ancestralidade 2. Comunicação 3. Experiências
4. Jornalismo 5. Povos indígenas 6. Redação
I. Abrinjor - Articulação Brasileira de Indígenas
Jornalistas.

26-378143.0

CDD-070

Índices para catálogo sistemático:

1. Jornalismo 070

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

INSTITUTO
Kaingáng

